

N.º 6

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE
ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS / DO
MANDATO 2021/2025.**

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Évora com a seguinte **Ordem do Dia**:

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

II – Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta os seguintes pontos:

- 1. Prestação de Contas 2021;**
- 2. Celebração de Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Évora para o ano de 2022;**
- 3. Celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniãos de Freguesias para o ano de 2022;**
- 4. Designação do Fiscal Único da Habévora e Respetiva Remuneração.**

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Aberta a sessão extraordinária, o **Presidente da Assembleia Municipal** cumprimentou todas as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados, o Presidente da Câmara Municipal de Évora e os Vereadores presentes e os colaboradores técnicos e administrativos que viabilizam o bom funcionamento da Assembleia.

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente – Jorge Quina Ribeiro de Araújo
1º Secretário – Ananias Delfim Courelas Quintano
2ª Secretária – Maria da Nazaré Pereira Lança

Procedeu à chamada dos deputados municipais eleitos, verificando-se as seguintes presenças e ausências:

Presentes:

- Maria Clara Canotilho Grácio
- José Manuel Martins dos Santos
- Paula Cristina Nobre de Deus
- Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita (em substituição de João Manuel Fialho de Sousa)

- Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes
- Ângela Manuel Marques Caeiro (em substituição de Diogo Costa Freitas Pestana de Vasconcelos)
- Natanael José Carvalho da Vinha
- José Maria Rodrigues Figueira
- Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso
- Maria Cristina Correia Santos Mata
- Ana Raquel Simões de Abreu Taboleiros
- Lília Graciete Zambujo Fidalgo
- João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
- Ana Luisa Abreu Alferes Lourido (em substituição de Gertrudes da Conceição Gomes Pastor)
- Luís Maria Nunes dos Santos (em substituição de Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira)
- Bruno Manuel dos Santos Martins
- Joaquim José Pombinho Faria
- António João Tonaco Gavela
- Luís Carlos Fialho Pardal
- Francisco Manuel Branco de Brito
- Bernarda Julieta da Noite Cota
- Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo
- David Miguel Mirrado Lopes
- Vasco Rafael Riço Casbarra (em substituição de Joaquim António Filipe Pimpão)
- Redolfo Constantino Pereira
- José Vitorino Piteira
- Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho
- Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro
- Isidro José de Oliveira Lobo

Ausente:

- Luís Filipe Braguez Caldeirinha Roma

A Câmara Municipal fez-se representar por:

- Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
- Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita (em substituição de José Gabriel Paixão Calixto)
- Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim
- Alexandre Manuel Rosa Varela
- Lurdes Judite Dionísio Pratas Nico
- Florbela da Luz Descalço Fernandes

Ausente:

- Patrícia José Correia Raposinho

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Assembleia Municipal informando o início do período de intervenção do público questionou se havia algum pedido de intervenção. Não havendo, deu início ao ponto II da Ordem do Dia.

II – Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta os seguintes pontos:

- 1. Prestação de Contas 2021 (esta proposta está condicionada à sua aprovação na Reunião Pública de Câmara extraordinária a realizar no dia 27 de abril)**

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Presidente da Câmara**.

O Presidente da Câmara começou por saudar a Mesa e os membros da Assembleia Municipal, o público presente, os funcionários e a empresa que está a transmitir a Assembleia.

Dando continuidade, o **Presidente da Câmara** iniciou a apresentação da proposta de Prestação de Contas de 2021 dizendo que a situação é algo estranha porque se discute e delibera, com o novo Executivo, uma Prestação de Contas que se refere quase inteiramente ao período final do anterior mandato mas isso decorre do normal processo democrático.

O ano de 2021, disse, voltou a ser negativamente marcado pela pandemia COVID-19 que prolongou uma alteração profunda nas nossas vidas, no nosso funcionamento enquanto comunidade e na atividade do Município. O tema geral para 2021, "*Combater a Pandemia, Agir pelo Ambiente, Construir um Concelho Sustentável*", centrou-se sobretudo no *Combate à Pandemia* que, por mais um ano, foi assumido como **a grande prioridade** e alargou, até onde necessário, o **Programa Municipal de Emergência COVID-19 / 2021**, focado na salvaguarda da saúde e da segurança de toda a população do concelho e dos trabalhadores do Município. Em particular, os primeiros meses do ano exigiram da parte do Município uma resposta excecional que foi dada com reconhecido êxito pelo que saudou todas e todos os trabalhadores do Município que se empenharam muito além da sua obrigação e honraram o serviço público que é razão de ser da Câmara Municipal. Esta resposta, sublinhou, está patente nos relatórios da Proteção Civil Municipal produzidos ao longo do ano.

O Presidente da Câmara abordou, então, o enquadramento político e social de 2021 que continuou marcado pelo enorme impacto negativo da pandemia COVID-19. Recordou que, em 2020 se registou uma fortíssima recessão económica, afetando em particular as micro, pequenas e médias empresas, fazendo disparar o desemprego e despoletando uma crise social de grandes dimensões. Referiu alguns dados da crise de 2020: o PIB registou uma quebra histórica de 7,6%, o desemprego aumentou para 6,8%, o nível da dívida pública atingiu 135,2% do PIB, um novo máximo histórico, a dívida privada continuou a agravar-se. Em 2021, já se registou alguma recuperação, abaixo dos valores pré-crise: o PIB cresceu 4,9%, sobretudo impulsionado pela procura interna, o desemprego situou-se em 6,6%, a dívida pública reduziu para 127,5% do PIB. Évora teve um comportamento melhor que as médias nacionais e da Região: o desemprego reduziu, a criação de emprego regressou, houve algumas melhorias nos rendimentos disponíveis.

Referiu, depois, outras condicionantes à ação municipal em 2021 expostas no Relatório de Gestão como o Orçamento de Estado para 2021 que não cumpriu integralmente a lei, nomeadamente, quanto à compensação pela isenção de IMI no Centro Histórico ou a restrição financeira decorrente dos compromissos para a recuperação das Contas Municipais. Salientou que 2020 foi o primeiro ano a liquidação do PAEL o que já permitiu, por exemplo, avançar com apoios financeiros como o caso dos Bombeiros Voluntários ou dos clubes desportivos ou de associações juvenis.

O Presidente da Câmara destacou que, no combate à pandemia COVID-19, foram essenciais as orientações assumidas pelo Município que, em clima de grande instabilidade, de medo coletivo, de tentativas de instrumentalização e populismos, de grande incerteza, foram determinantes para que a generalidade da população olhasse o Município como referência credível de informação e de orientação face à situação pandémica. Destacou algumas medidas decisivas assumidas pela Câmara Municipal:

- A continuidade da Estrutura Distrital de Acolhimento COVID-19, em parceria com o ACES/ARS, a Segurança Social, a Proteção Civil distrital, que deu apoio a mais de 120 utentes de todo o distrito;
- A Estrutura Municipal de Apoio ao Hospital, em parceria com o HESE, que evitou a rutura do HESE e deu apoio a mais de 100 doentes de todo o distrito;
- A continuidade da defesa da cooperação, no respeito pela autonomia própria, entre as diversas instituições e os diversos níveis de decisão com competências no âmbito da pandemia. A prioridade ao trabalho coletivo no território do Alentejo Central e na Comissão Distrital de Proteção Civil, órgão regional primordial na abordagem e combate à pandemia;

• O reforço Programa Municipal de Emergência, suportado no trabalho da Equipa de Coordenação Municipal, e do Fundo de Emergência Municipal que, dotado inicialmente de € 500.000, atingiu € 1.200.000 de apoios diretos;

• Foram, ainda, aprovadas diversas medidas de apoio social e à atividade económica. Para minorar o impacto da crise económica e apontar à recuperação, a Câmara Municipal entendeu reforçar, quando possível, os investimentos municipais e, deste modo, contribuir para salvaguardar o emprego e dinamizar a atividade económica. Realçou os seguintes investimentos:

• A continuação do Programa de Revalorização do Centro Histórico, com os investimentos incluídos no PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – no valor global de € 9,5 milhões de euros a executar até 2023. Salienta-se a requalificação do Palácio D. Manuel com a criação do Centro Interpretativo da Cidade (€ 1,5 milhões de euros), a reabilitação do Teatro Garcia Resende e a requalificação do estacionamento adjacente (€ 1,6 milhões de euros) e a recuperação do Salão Central (€ 2,5 milhões de euros). Recorda-se que uma das componentes deste Plano é o apoio à requalificação de edifícios de instituições e privados, com apoio do IFRU - Instrumento Financeiro para a Reabilitação Urbana;

• A continuação dos investimentos na área ambiental como o POCITYF ou a recuperação do Aqueduto da Água de Prata;

• A continuação da requalificação do Parque Escolar e das Piscinas Municipais;

• Os investimentos na área económica como o novo acesso do PITE à rotunda do Br. Almeirim, a aquisição de terrenos no PITE, a conclusão da Zona Industrial de S. Sebastião da Giesteira;

• A continuação dos investimentos em equipamentos sociais como os Centros de Convívio de S. Miguel de Machede, do Bairro de Stº António e da Horta das Figueiras.

• O **Presidente da Câmara** sublinhou a continuidade de diversas dificuldades em áreas muito sentidas pela população como a **rede viária** ou a **rede de abastecimento de água**, onde são necessários avultados investimentos que o Município só agora, recuperadas as Contas, começa a ter condições de perspetivar.

O **Presidente da Câmara** abordou, sinteticamente, as principais linhas da atividade municipal em 2021. Começou pela área “**Évora Participativa**” onde a pandemia continuou a impedir todo o programa participativo presencial que foi minorado, apesar de tudo, pelo uso de meios digitais. Ainda assim, foi possível garantir a conclusão de importantes processos participativos como o **Plano Municipal de Juventude**, o **Plano Estratégico do Aeródromo** ou o **Plano Estratégico de Évora**, tendo em vista a candidatura a Capital Europeia de Cultura. O funcionamento de alguns Conselhos e Comissões municipais. Na *Força de Trabalho do Município* salientou o prosseguimento dos processos de mobilidade interna valorizando vários trabalhadores, a atribuição pelos valores máximos do Subsídio de Penosidade e Insalubridade, a prossecução de novos concursos de pessoal com vista ao reequilíbrio, ainda que lento, do Mapa de Pessoal, essencial para a defesa, salvaguarda e melhoria dos serviços públicos.

Destacou a sub-função de *Finanças Municipais Saudáveis*, detendo-se nalguns indicadores económicos e financeiros estruturais.

Começou por reiterar o impacto negativo da pandemia nas receitas municipais bem como a necessidade de dirigir meios financeiros para o combate à pandemia, nomeadamente, o Fundo de Emergência Municipal e a atividade direta do Município que terá ultrapassado os € 3 milhões de euros. Ainda assim, foi possível prosseguir a recuperação das Contas do Município:

• A **dívida global** do Município regista, desde o início do penúltimo mandato (outubro/2013) até 31/12/2021, uma significativa redução global, de menos **-37.961.865,15 € (- 39,9 %)**. Em 2021, a redução global da dívida foi de **-3.161.835,61 €**.

• O **prazo médio de pagamento** a fornecedores que, em junho/2013, atingiu 867 dias, foi reduzido, face a 2013, em - 706 dias, ou seja, em menos 93,5%. Em 2021, face a 2020, houve uma redução de 28 dias.



1 • O ano de 2021 terminou **sem pagamentos em atraso**, isto é, não havia dívidas vencidas
2 superiores a 90 dias.

3 • O **equilíbrio orçamental** aumentou, salientando que, em 2021, o Município apresenta um
4 valor positivo de 6.957.360,71, recordando que, em final de 2013, existia um desequilíbrio
5 orçamental negativo de - 9.548.693,31 €. Quanto ao **saldo orçamental**, em 2021, foi positivo em
6 9.339.356,46€ quando, em final de 2013, era negativo de - 7.675.842,57 €.

7 • Quanto ao **equilíbrio económico** sublinhou que, devido à alteração de critérios em diversos
8 agregados e rubricas do apuramento de resultados, traduzidos na Demonstração de Resultados e no
9 Balanço, que os resultados, quer os operacionais quer os líquidos, se tornam diretamente
10 incomparáveis. Deu um exemplo: a rubrica “Gastos/reversões de depreciação e amortização” em
11 que a aplicação do SNC-AP obriga a diminuir o número de anos de vida útil de um conjunto de
12 ativos, passando alguns de 80 anos para 50 anos; devido a essa decisão administrativa, os custos de
13 amortização, dispararam; no, caso, em 2019, esta rubrica apresentava um valor de €
14 6.937.661,84 tendo crescido, apenas por alteração de critério, para € 9.478.139,69, isto é, mais €
15 2.540.477,85.

16 • Em 2021, os “**resultados antes de depreciações e gastos de financiamento**” são
17 largamente positivos: € 6.187.348,84; o “**resultado operacional**” devido à pandemia mas,
18 sobretudo, a alteração administrativa imposta pelo SNC-AP, apresenta um valor negativo, de - €
19 3.290.790,85, o qual se retirado o valor de alteração de critério de € 2.540.477,85, atrás referido, é
20 corrigido para - € 750.313; o “**resultado líquido**” negativo de € 4.393.563,62, se corrigido por
21 aquele valor, é reduzido para - € 1.853.085,77.

22 Reafirmou que a consolidação da tendência positiva verificada desde 2013 exige a resolução do
23 principal fator de desequilíbrio económico que se prolonga: a inserção no sistema multimunicipal
24 de água e saneamento com a empresa AdVT.

25 • Quanto ao **limite de endividamento** lembrou que, no início do penúltimo mandato, em
26 2013, o limite de endividamento apresentava um enorme excesso de € 32,6 milhões de euros. Em
27 2020, pela primeira vez, desaparece o excesso de endividamento e, pelo contrário, o Município
28 ganha uma capacidade de endividamento de € 4.948.806. Em 2021, a capacidade de endividamento
29 aumenta para € 7.974.708, mais € 3.025.902, mais 61,1% que em 2020.

30 •
31 **O Presidente da Câmara** salientou, ainda, o reforço das verbas de apoio à descentralização do
32 Município para as Freguesias bem como o acordo que permitirá aumentar em 18% aquele apoio
33 financeiro em 2022. Realçou que, ainda muito limitado pelas restrições financeiras, a Câmara
34 Municipal aumentou os apoios financeiros ao Movimento Associativo, pelo segundo ano após a
35 liquidação do PAEL. Após o corte verificado em 2009, a Câmara Municipal voltou a apoiar
36 financeiramente os Bombeiros Voluntários, os clubes desportivos e as associações juvenis, apoio
37 fundamental no contexto de fragilidade causado pela pandemia.

38
39 **O Presidente da Câmara** abordou, de seguida, a área denominada “**Évora Criativa**” começando
40 pela área da cultura e do património. Referiu a continuidade do impacto negativo da pandemia que,
41 contudo, começou a recuperar lentamente e com muitas dificuldades. A Câmara Municipal
42 assegurou os eventos possíveis, prosseguiu programas por via digital, garantiu apoios e procurou
43 minimizar as consequências da pandemia. Destacou a conclusão e entrega do “bidbook” da
44 candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura/2027, saudando a capacidade de trabalho da
45 Equipa de Missão e da Comissão Executiva.

46
47 Quanto à **área económica** recordou a recessão económica vinda de 2020 que afetou, em particular
48 micro e pequenas empresas e comércio local. Contudo, a partir da Páscoa de 2021, registou-se um
49 progressivo retomar da atividade económica. Referiu que, apesar da pandemia, se continuaram a
50 registar intenções de investimento e investimentos significativos no concelho como a transferência
51 da operação da Mecachrome para Évora, na aeronáutica, o investimento de quase 40 milhões de
52 euros do grupo Hilton em 2 hotéis, os investimentos no agroalimentar com um Lagar perto da

Vendinha, uma Fábrica transformação de nozes junto à Torre dos Coelhoos ou a expansão da fábrica de transformação de amêndoa na Azaruja; ou, ainda os investimentos em energia renovável. Salientou o investimento numa nova unidade produtiva de componentes elétricos da Tyco que amplia significativamente a presença daquela empresa estruturante em Évora.

O Presidente da Câmara referiu-se a área “*Évora Solidária*”. Começou pela componente *Lutar pela Região e pela coesão regional*, onde o município participou em iniciativas e parcerias diversas em prol do Alentejo, com destaque para o combate à pandemia COVID-19 mas, também, outras iniciativas ligadas ao desenvolvimento do Alentejo, como a exigência e colaboração para a construção do Hospital Central do Alentejo, que finalmente iniciou a obra, ou a ligação ferroviária Sines / Évora / Espanha, com o trabalho para garantir um terminal de mercadorias que sirva Évora e a região.

Na *Educação Pública para a Cidadania*, destacou as alterações negativas impostas pela pandemia COVID-19, salientando que as aulas por via digital penalizaram os estudantes de menores recursos económicos, para além de outras consequências ainda por apurar em pleno. Continuou o plano de investimentos nas escolas e, ainda, a reivindicação e proposta para a reabilitação urgentes da Escola Secundária André de Gouveia e Escola de Santa Clara, tendo, no atual mandato concretizado uma proposta de disponibilidade da Câmara Municipal para assumir aqueles projetos e aquelas obras e, ainda, a ajuda ao Governo a resolver o problema do amianto naquelas escolas.

No *Combate aos Problemas Sociais*, destacou todo o trabalho no âmbito da pandemia COVID-19, com o reforço de estruturas e programas de apoio social e, ainda, o trabalho da Rede Social e das Unidades de Rede, o Plano Integrado de Apoio Social, o regulamento para a melhoria das condições de habitabilidade e o papel da Habévora. Sublinhou que a crise social decorrente da pandemia aumentou a pobreza já existente, as dificuldades de acesso a habitação condigna de muitas famílias. Contudo, a partir do 2º trimestre, a situação começou a melhorar ainda que muito lentamente.

Na área do *Desporto*, salientou a grande quebra da atividade decorrente da pandemia, as dificuldades dos clubes, associações e atletas bem como a retoma que se foi verificando a partir do 2º trimestre. O Município atribuiu apoios financeiros pela segunda vez desde 2009, o que só foi possível pela recuperação das Contas do Município. Este apoio foi essencial para os clubes e associações minorarem a quebra de receitas.

Na área da *Juventude*, destacou a continuidade do trabalho no seio do Conselho Municipal de Juventude e, em particular, a conclusão, com grande participação das associações juvenis do Plano Municipal de Juventude, aprovado por unanimidade no Conselho Municipal.

O Presidente da Câmara abordou a “*Évora Sustentável*” onde, no *Ordenamento do Território e Urbanismo*, referiu a continuidade dos trabalhos para a revisão do PU e da alteração do PDM. Quanto à *habitação*, destacou o início da concretização da Estratégia e do Plano Local de Habitação. Relevou a elaboração em curso do Plano de Mobilidade Sustentável, instrumento decisivo para um salto qualitativo na mobilidade, mas, também, na qualidade de vida urbana, apontada aos desafios do futuro como as alterações climáticas.

Na área do *Ambiente e Sustentabilidade*, o **Presidente da Câmara** voltou a referir os problemas decorrentes da integração do Município no sistema multimunicipal das Águas do Vale do Tejo, reafirmando que o problema é político dado que o Governo recusa cumprir a vontade deliberada pelo Município de sair daquele sistema e recuperar as suas legítimas competências nesta matéria. Sublinhou o problema estrutural, que é nacional, da necessidade de investimento de requalificação das redes de água e saneamento em baixa que continua sem perspetiva e a penalizar os Municípios que legitimamente pretendem garantir a gestão municipal daquelas redes. Abordou, ainda, a limpeza e higiene publicas para dizer que se deu um importante salto qualitativo para a sua melhoria, ainda que se continuem a registar dificuldades, sobretudo, devido a comportamentos indesejáveis como os depósitos ilegais de lixo, mais de 4.200 em 2021.

97

1 Na área da *Proteção Civil e a Segurança*, elogiou a capacidade e eficácia do Serviço Municipal de
2 Proteção Civil, e do seu Coordenador Joaquim Piteira, que deram uma resposta excecional no
3 combate à pandemia, relevou ainda o apoio dado aos Bombeiros Voluntários nomeadamente, com
4 a atualização do novo Protocolo, assinado em 2020 e que cumpriu o compromisso de, recuperadas
5 as Contas do Município, ser a primeira instituição a ter apoio financeiro e a normalizar os apoios
6 municipais que, em 2021, ultrapassaram os 100 mil euros. Notou que se mantiveram baixos níveis
7 de criminalidade que, contudo, não devem ocultar alguns problemas localizados que se fazem sentir.

8
9 **O Presidente da Câmara** referiu-se, ainda, ao parecer da ROC, considerando que, em geral,
10 comprova as Contas Municipais. Contudo, há uma referência à Tesouraria que, no ano passado já
11 foi objeto de uma verificação, e que considera ser necessário clarificar e resolver de vez pelo que
12 vai determinar medidas específicas.

13
14 **O Presidente da Câmara** concluiu afirmando que a atividade municipal, em 2021, foi muito
15 prejudicada pela pandemia COVID-19. Esta continuou como principal prioridade do Município, o
16 qual assegurou uma resposta eficaz, inovadora, serena e credível que a população assumiu como
17 referência de verdade e rigor. Apesar da pandemia, o Município deu continuidade ao trabalho e
18 investimento noutras áreas, e apesar das dificuldades e problemas identificados, deu um contributo
19 decisivo para a retoma verificada no Município e do concelho, nomeadamente, com a salvaguarda
20 do equilíbrio financeiro e económico e a tendência para melhoria das Contas do Município.

21
22 **O Presidente da Câmara** concluiu, saudando os trabalhadores da Câmara Municipal que
23 asseguraram toda esta intensa atividade municipal, dizendo que o Município deu um importante
24 contributo para salvaguarda da saúde e segurança da população no âmbito da pandemia COVID-19
25 e para que se retomasse o desenvolvimento e a melhoria das condições e qualidade de vida dos
26 cidadãos e de Évora.

27
28 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

29
30 **O deputado José Santos** começou por saudar todos os presentes e disse que iria ler uma nota que
31 sintetiza a apreciação da bancada da Coligação “Mudar Com Confiança”, aos documentos da
32 Prestação de Contas apresentados pela Câmara Municipal.

33 *“Genericamente verifica-se que a execução do Plano de Atividades de 2021 corresponde a uma*
34 *visão da sociedade e à capacidade de execução que o atual Executivo da CDU revelou, bem como,*
35 *obviamente, aquilo que são as suas prioridades. Da parte desta bancada continuamos a verificar,*
36 *por um lado, que a sociedade civil continua a ser um parente pobre desta gestão com apoios muito*
37 *reduzidos àquilo que é o tecido associativo, por exemplo, o caso que o Senhor Presidente falou, da*
38 *Associação Humanitária dos Bombeiros, ainda que possamos reconhecer um esforço acrescido que*
39 *foi feito, entendemos que esse apoio carece de uma maior continuidade e, fundamentalmente, de*
40 *uma maior estabilidade, para que a Associação Humanitária possa perceber com tempo,*
41 *efetivamente, daquilo que vai dispor, naquilo que é a sua gestão e o seu apoio à população.*

42 *Entendemos também que relativamente às políticas na área da Juventude, é uma área ainda muito*
43 *carenciada, esperamos que este Plano Municipal, que foi referido, possa traduzir uma mudança*
44 *para melhor daquilo que é a ação da Câmara Municipal nesse particular, mas se olharmos para a*
45 *Execução Orçamental neste tema verificamos que ela continua muito baixa.*

46 *Entendemos que a área da promoção económica, que é um eixo fundamental da visão que o PSD*
47 *tem para a Cidade, deve ser mais criativa e mais mobilizadora. Comungamos daquilo que o Senhor*
48 *Presidente referiu, para a nota positiva no que respeita à resposta sanitária à pandemia COVID-*
49 *19, quer ao nível do Município quer da articulação que foi possível fazer com outras instituições, a*
50 *própria ARS, instituições sociais locais, o Hospital, bem como instituições da sociedade civil e*
51 *voluntários que se juntaram para apoiar o combate à pandemia, naquilo que são as diversas fases.*
52 *Já na área Económica entendemos que as medidas de resposta à crise podiam ter sido mais efetivas,*
53 *aliás o PSD apresentou em tempo oportuno um conjunto de 10 propostas concretas que apoiariam*

1 de uma forma mais substancial a atividade económica e as empresas do Concelho, infelizmente
2 essas medidas não foram na globalidade implementadas.

3 No que diz respeito ao Urbanismo continuamos a verificar que os Planos Estratégicos, como o
4 Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico, avançaram tardiamente, e a alteração do
5 PDM foi tardiamente iniciada e não teve, para já, uma comunicação, que entendemos necessária,
6 à Cidade.

7 Avançou o Plano de Mobilidade Sustentável que é positivo, ainda que se tenha avançado do ponto
8 de vista prático com poucas obras, excetuando a ligação entre o Centro Histórico e o Bacelo, e
9 também registamos com agrado o trabalho feito para melhorar a acessibilidade nas principais
10 zonas turísticas da Cidade, um projeto, aliás, apoiado pelo Turismo de Portugal, o que
11 consideramos positivo.

12 Têm de fazer, obviamente, uma referência muito positiva ao trabalho da Comissão Executiva da
13 própria Câmara Municipal e da Equipa Técnica, liderada pela Dra. Paula Garcia, no que diz
14 respeito ao Évora²⁷, nós somos objetivos, eram 12 Cidades, havia um Júri Internacional totalmente
15 independente e imparcial, ficaram 4, Évora é uma delas, portanto temos de nos congratular e
16 salientar o trabalho desenvolvido, e agora necessário um sprint até 21 de outubro, reforçar a
17 Equipa Técnica, robustecer todo o processo organizacional, para que a submissão do segundo “bid
18 book” seja um ato vencedor. Estamos perante uma oportunidade única, que pode marcar o presente
19 e o futuro próximo de uma década de Évora, oportunidade que não podemos desperdiçar.

20 Continuam a verificar uma enorme despesa na área da Cultura, que pode ser importante se essa
21 despesa for virtuosa para toda a linha de produção Cultural do Concelho e para a economia,
22 acreditamos que a Cultura é também importante para a economia, promover mais iniciativas em
23 parceria e dando maior autonomia aos criadores e aos produtores culturais, fazendo mais,
24 eventualmente, com menos recursos. A afirmação de Évora, Cidade Cultural é estratégica, mas o
25 Município deve apoiar ser parceiro e incentivar a autonomia das organizações culturais, não se
26 constituindo apenas como programador Cultural do Concelho.

27 Sobre o Relatório de Gestão, verifica-se o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, dos
28 rácios de endividamento, o que é naturalmente positivo, aliás o documento do ponto de vista
29 concetual e qualitativo está muito bem elaborado, o que não é de estranhar e é, aliás, obrigatório.
30 Verificamos que os resultados operacionais, o resultado líquido, se agravaram comparativamente
31 a 2020, ainda que saibamos que em parte é derivado das alterações de contabilização, importante
32 o aumento de capacidade de endividamento, esse aumento que o Senhor Presidente já explicou,
33 ainda que seja de 8 milhões para já, a Câmara Municipal olha apenas para uma regra de poder
34 utilizar 4 milhões, parece-nos que essa postura é criteriosa e é prudente, apesar da redução do
35 valor absoluto de mais de 3 milhões de euros do serviço da dívida, este serviço continua a pesar
36 muito na estrutura orçamental do Município e continua a obrigar que os cidadãos de Évora paguem
37 os impostos mais altos que existem em termos dos Municípios do País.

38 No que se refere à Dívida Orçamental, o rácio de liquidez geral está no limite da capacidade de
39 fazer face às responsabilidades de curto prazo, este é um indicador que a Câmara deve ter em
40 consideração na sua gestão futura, e o PSD que se gaba de prestar atenção ao cumprimento da boa
41 gestão dos dinheiros públicos tem que, obviamente, saudar o facto de não existirem pagamentos em
42 atraso à data de 31 de dezembro e de haver uma redução significativa no número de dias de
43 pagamento a fornecedores, o que consideramos absolutamente essencial para manter uma
44 economia local saudável. Mais preocupados estamos com o comportamento da derrama que
45 registou um decréscimo de quase 300 mil euros, que regista de alguma forma uma perda de
46 dinâmica económica, pode ser atribuído em parte à questão da pandemia, mas não podemos
47 esquecer que os valores foram inferiores ao ano de 2020, o que significa que a pandemia não
48 explicará tudo.

49 No que toca à estrutura funcional das Opções do Plano, é notório uma afetação de esforços do
50 Município em 2, 3 rubricas, sendo mais evidente a rubrica de Outras Funções e de Habitação e
51 Serviços Coletivos. Verifica-se aqui, na nossa opinião, uma grande desproporção no que toca ao
52 investimento em funções económicas, mesmo levando em linha de conta o tema da pandemia, basta
53 ler que a Função Económica recebeu apenas 12% do valor global da despesa, sendo que o Turismo

9

1 e o Comércio, que são ativos claramente estratégicos para a Cidade, mereceu da Autarquia uma
2 despesa de apenas 95 mil euros, o que não é proporcional até face ao investimento, como o Senhor
3 Presidente referiu, de vários grupos hoteleiros e turísticos têm feito na nossa Cidade e continuam
4 a fazer. É preciso o contrário, é preciso estimular mais a economia local e as propostas que
5 apresentámos recentemente para as Grandes Opções do Plano para este ano são disso prova e vão
6 nesse sentido.

7 A arrecadação da Receita de Capital ficou muito aquém do previsto, teve uma execução de 50%,
8 isto tem um pouco a ver com a execução dos Projetos Cofinanciados, o relatório diz que em termos
9 dos Projetos Cofinanciados o valor de execução do ano de 2021 é o mais alto dos últimos 4 anos,
10 tinha de ser, apesar de ser baixo, mas à medida que nos aproximamos do fim do Quadro
11 Comunitário de Apoio é normal que esse valor suba, ainda assim a execução, por exemplo ao nível
12 das aquisições de Bens de Capital, continua a ser reduzida e vai implicar um grande esforço do
13 Município para conseguir até junho de 2023 a absorção total dos Fundos Europeus que lhe foram
14 aprovados.

15 Entendemos também que os investimentos que foram referidos ao nível Cultural, das obras do
16 Centro Interpretativo do Palácio D. Manuel, do Teatro Garcia de Resende, do Salão Central, são
17 importantes, mas se não forem alvo de uma nova dinâmica de programação cultural e artística, de
18 programação cruzada, de uma melhor comunicação, de comunicação para o país, essas obras
19 focam um bocadinho aquém dos seus objetivos e não se traduzem em verdadeiros benefícios para
20 a Cultura, para a Cidade e para o Turismo da Cidade, e estas dinâmicas nestes equipamentos são
21 obviamente importantes para o próprio caminho da candidatura de Évora a Capital Europeia da
22 Cultura 2027.

23 O investimento em infraestruturas rodoviárias foi quase inexistente, exceção a ligação ao PITÉ,
24 que o Senhor Presidente referiu, e o investimento necessário para resolver algumas situações de
25 acesso básica à água Canaviais-S.Manços, Castelos ficou por executar ou foi apenas
26 superficialmente realizado, continuam por executar obras importantes, como a da Escola
27 Secundária André de Gouveia excetuando a questão da retirada do amianto, sabemos que este ano
28 pode ser um ano importante para avançar nesse particular.

29 Na execução das Despesas Correntes o pessoal absorve 36% do total do Orçamento, um Orçamento
30 muito rígido, sabem que em parte tem a ver com o descongelamento das carreiras, o
31 descongelamento das progressões, as atualizações remuneratórias, o facto é que este valor limita
32 muito aquilo que é a capacidade de mobilizar, de encontrar contrapartidas nacionais para mais
33 projetos e mais investimentos cofinanciados, e já este ano, até 31 de março, já houve mais 7
34 contratações, pensa que algumas a termo. Se é difícil limitar o crescimento da despesa com o
35 pessoal, parece-lhes que é fundamental que esse dispositivo humano que a Câmara tem se traduza
36 em melhores outputs e o melhor serviço prestado ao cidadão e, cabe aos dirigentes intermédios,
37 cabe aos eleitos, garantir que com uma organização de procedimentos, com introdução de fatores
38 de inovação, o resultado que esse dispositivo, esses mais de 1000 trabalhadores, presta à Cidade
39 seja um melhor resultado com melhores outputs para os cidadãos Eborenses.

40 Sobre a questão da higiene e limpeza, é referido que em 2021 se procedeu à melhoria da limpeza e
41 higiene pública, se prosseguiu o Plano da Higiene e Limpeza, é necessário aumentar e melhorar a
42 qualidade nessa área, ainda que tenha sido perceptível alguma melhoria. Sobre a parte ambiental e
43 ainda de facto a questão do Concelho Sustentável apareça muito como uma ideia forte do
44 desenvolvimento do Concelho, pensam que o trabalho realizado está muito aquém dessas
45 expectativas, que a execução do Plano em 2021 esteve muito aquém daquilo que seria necessário.
46 No que diz respeito à valorização de alguns elementos patrimoniais, como o Cromeleque dos
47 Almendres e a Anta Grande do Zambujeiro, para além da requalificação das Termas Romanas que
48 é uma obra que se vai eternizando, também pouco se avançou, pensam que eram investimentos
49 relevantes e importantes que podiam ter sido resolvidos.

50 Sobre a questão das Águas entendemos, com verdade e sem dogmas ideológicos, deve-se proceder
51 a uma avaliação custos-benefícios desta conceção, como têm vindo a referir, e parece-lhes que está
52 por provar que a questão da água seja o principal fator de estrangulamento financeiro do
53 Município, como é referido no Relatório de Gestão. Gostariam um dia de poder analisar com

1 *profundidade este tópico, se lhes demonstrarem que é acreditarão, mas até agora ainda não têm*
 2 *essa evidência.*

3 *Sobre a questão do Urbanismo e da Habitação o apregoado trabalho de intervenção em*
 4 *loteamentos privados inacabados parece não existir também, um problema relevante que tem vindo*
 5 *a chamar a atenção de várias entidades, cooperativas, etc., e que têm disso informado esta bancada,*
 6 *esperamos que em 2022 possa avançar claramente nesse sentido. O problema da habitação*
 7 *continua a ser muito sério, continuam a defender uma agilização no domínio dos licenciamentos*
 8 *para haver mais obras, para que cheguem mais casas ao mercado, para que os preços possam*
 9 *baixar e para que a Câmara tenha mais receita, que a Câmara precisa de receita corrente para*
 10 *reinvestir nas funções económicas, no ambiente, etc.*

11 *Também o Programa Instalações Municipais, que previam todos a melhoria, requalificação,*
 12 *reestruturação, rentabilização do património imobiliário, o novo edifício para a Habévora e o fim*
 13 *das instalações indignas dos serviços de higiene e limpeza no Largo Machede Velho continuam por*
 14 *executar assim como as melhorias no Parque de Materiais, esperamos que estas obras e estas*
 15 *melhorias possam ser feitas brevemente.*

16 *Em suma, irão abster-se na votação dos documentos da Prestação de Contas do ano de 2021,*
 17 *considerando que de facto os documentos reportam efetivamente as atividades realizadas assim*
 18 *como apresentam uma informação clara e transparente, que aliás é atestado no Relatório da ROC*
 19 *e na Certificação Legal de Contas, todavia não se reveem nem podem caucionar o seu voto*
 20 *favorável a uma ação de política municipal que, na sua opinião, é pouco ambiciosa e que não serve*
 21 *os interesses dos Eborenses.”*

22
 23 **O deputado Gonçalo Costa**, saudou todos os presentes e, relativamente ao assunto em análise, fez
 24 a seguinte intervenção:

25 *“Relativamente à análise que a bancada Municipal do Partido Socialista fez em relação à*
 26 *Prestação de Contas de 2021, temos a clara noção que o ano de 2021 foi um ano muito difícil para*
 27 *todos, quer para o Executivo Municipal, quer para todos os Portugueses, em particular, e todos os*
 28 *cidadãos do Mundo, uma vez que ainda foi muito condicionado pela questão pandémica. Os*
 29 *impactos da pandemia fizeram-se sentir ao longo de todo o ano, em particular no início do ano com*
 30 *o agravamento da situação epidemiológica com aqueles números altíssimos e, deste modo, primeiro*
 31 *do que qualquer análise política, a bancada municipal do Partido Socialista gostaria de deixar um*
 32 *grande elogio à ação de todo o Executivo, a todos os funcionários municipais por todo o esforço*
 33 *que fizeram ao longo de todo esse período, nunca de alguma forma abandonando, como se costuma*
 34 *dizer, o barco e dizendo sempre presente, portanto o nosso elogio a todos os funcionários do*
 35 *município, antes de qualquer outra análise que venha a ser feita.*

36 *Reforço aquilo que é um apanágio do Partido Socialista, e neste momento dos seus eleitos e*
 37 *representantes, que é um sentido de responsabilidade e respeito pelos resultados eleitorais. O PS*
 38 *estará sempre do lado dos Eborenses e do progresso da nossa Cidade contribuindo sempre de uma*
 39 *forma positiva para a resolução dos problemas das pessoas, das empresas e das instituições,*
 40 *portanto, todas as críticas que eventualmente venham a fazer são sempre num sentido de dar um*
 41 *contributo positivo sempre numa ótica de melhoria das condições de vida dos Eborenses.*

42 *Passando de uma forma mais objetiva à análise do documento, encaramos com preocupação muitos*
 43 *aspetos:*

44 *O Resultado Líquido negativo de cerca de 4,4 milhões de euros, mantendo uma tendência de*
 45 *agravamento, portanto é uma situação que obviamente nos preocupa.*

46 *Outro aspeto que nós sinalizamos é o facto de a Receita cobrada de 57 milhões de euros ter ficado*
 47 *aquém da Orçamentada, de 65 milhões de euros, que de alguma forma também condiciona a ação*
 48 *do Executivo.*

49 *A Aquisição dos Bens de Capital ficou com valores abaixo do Orçamentado, o que tem*
 50 *consequências diretas no atraso da execução dos investimentos municipais, obviamente que*
 51 *sabemos das dificuldades que hoje em dia há relativamente aos concursos, há inflação do preço*
 52 *dos materiais e das matérias primas coloca pressão e dificuldades acrescidas relativamente a todas*

as entidades adjudicantes, mas de qualquer das maneiras vemos também essa situação com alguma apreensão.

Outra situação que de alguma forma nos preocupa bastante é a baixa execução a nível dos Fundos Comunitários com o consequente desaproveitamento das verbas disponíveis, sabemos que houve algumas intervenções importantes para a Cidade, nomeadamente, e como o Senhor Presidente disse e bem, do Teatro Garcia de Resende, do Salão Central, mas de alguma forma achamos que, tendo em consideração os valores da execução dos Fundos Comunitários a nível do Município de Évora, não está ser feita um eficiente aproveitamento das verbas disponíveis, o que de alguma forma nos preocupa e obviamente que apelamos a um esforço da parte do Município na execução dessas verbas que estão aprovadas, uma vez que estamos a aproximar-nos a passos largos do fim deste Quadro Comunitário, portanto havendo essa necessidade acrescida com essa pressão acrescida.

Outro ponto que apontamos e de alguma forma nos merece profunda preocupação, que já foi aqui sinalizado na última reunião da Assembleia Municipal, os problemas de saneamento e fornecimento de águas que assola toda a Cidade, não só as Freguesias Rurais mas também as Urbanas, o que de alguma forma condiciona não só a normal vida das pessoas como em algumas zonas da Cidade, nomeadamente junto na Estrada das Piscinas com uma obra que decorre há imenso tempo com todos os congestionamentos que isso coloca à vida diária das pessoas, portanto apelamos também a que haja um enfoque e uma preocupação acrescida da parte do Município na resolução dos problemas, como em S. Manços, Canaviais e nas outras Freguesias da Cidade, de modo a que toda a população do Concelho tenha água de qualidade sem os problemas habituais de quebras de fornecimento com que as populações diariamente se confrontam.

Outro aspeto que também notamos alguma melhoria, pouca, mas também de alguma forma achamos importante, é as questões da limpeza, higiene e salubridade da Cidade, também foram abordadas na última Assembleia Municipal, e também mais uma vez contamos com o empenho deste Executivo Municipal para, de alguma forma, proporcionar melhores condições nesta área a todos os Eborenses.

Temos vindo a assistir a algumas situações que ainda não constituem um problema, mas que merecem a nossa preocupação de sentimento crescente de alguma insegurança em algumas zonas na Cidade, para já consideramos que ainda não é um problema, mas de qualquer das maneiras merece a nossa atenção e reflexão de forma a tentarmos encontrar situações para e alguma forma evitar problemas futuros.

A falta de manutenção da rede viária e rodoviária é um problema que todos nós nos confrontamos diariamente, em algumas zonas fora do centro urbano é ainda mais notório.

O parque escolar da Cidade a necessitar de investimentos significativos, bem sabemos que tem sido feito em algumas escolas algumas intervenções pontuais, mas o que realmente é necessário em alguns estabelecimentos educativos é de investimentos significativos, e aí a Câmara Municipal também tem um papel ativo.

A falta de estratégia para a resolução de problemas da falta de habitação no Concelho de Évora é gritante e alarmante e obviamente que isso tem um impacto enorme quer na atração de capital humano, de massa crítica, de pessoas que se predisponham a vir morar para Évora e de alguma forma enriquecer a Cidade do ponto de vista de massa crítica humana, e que não vimos da parte do Executivo uma estratégia para combater este problema. Fomos confrontados na última Assembleia Municipal também com as situações dos acampamentos temporários, obviamente é uma situação que nos preocupa a todos e que esperamos que o Executivo Municipal desenvolva uma política que de alguma forma proporcione dignidade e condição de vida às pessoas e, portanto, esperamos também que as verbas que neste momento existem do PRR destinadas à habitação possam ser aproveitadas pelo Executivo e não deixe passar essa oportunidade que dificilmente se repetirá.

A falta de estratégia de promoção da atração do investimento e consequente atração de emprego também, obviamente, tem uma ligação ao ponto anterior do problema da habitação, sem esse problema estar resolvido dificilmente conseguimos atrair pessoal qualificado para residir em Évora e de alguma forma aumentar o PIB do Concelho.

1 Ausência de investimentos estruturais em termos de criação de modernas faixas de mobilidade
2 urbana, suaves e seguras, ao exemplo do que tem acontecido um pouco por todo o país e por toda
3 a Europa, não assistimos ainda em Évora a aposta nestas infraestruturas.

4 A quebra progressiva e preocupante da valorização dos ativos municipais, conforme está no
5 Relatório.

6 Ausência de estratégia de promoção do território em termos económicos e turísticos, uma Cidade
7 com o potencial de Évora merece estratégias mais audaciosas e que de alguma forma permitam
8 atrair e valorizar ainda mais os ativos do Concelho.

9 O desinvestimento na única Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Cidade e de
10 todo o Concelho, vemos com bastante apreensão essa situação.

11 E aquilo que nós sentimos é que a questão da dívida tem servido de desculpa para todas estas
12 situações que se têm vindo a agudizar ao longo destes sucessivos mandatos da CDU na Câmara
13 Municipal de Évora. O Executivo parece estar mais interessado em construir uma narrativa de
14 vitimização e de culpabilização do anterior Executivo Socialista do que propriamente um planejar,
15 projetar e executar investimentos que contribuam para o desenvolvimento do nosso Concelho.

16 Esta é a análise que nós fazemos das Contas de 2021 e da ação do Executivo em 2021, já foi de
17 alguma forma avaliada, a gestão do Município foi avaliada no dia 26 de setembro de 2021, não foi
18 pela bancada Municipal do Partido Socialista mas foi pelos Eborense, e nós respeitamos com
19 sentido democrático a vontade e os votos do eleitorado, mas o que é facto é que a CDU passou de
20 40,5% para 27%, a CDU passou de uma situação de maioria absoluta confortável para uma
21 situação de 2 em 7 vereadores e sem maioria absoluta na Câmara Municipal, obviamente que tem
22 toda a legitimidade dos resultados e da vitória eleitoral que alcançou mas o que a população
23 Eborense, na nossa perspetiva, transmitiu é que deixou de confiar integralmente na gestão do
24 Partido Comunista, porque o resultado de 40,5% para 27%, na nossa perspetiva, foi um cartão
25 amarelo à gestão Municipal, portanto de alguma forma a prestação de contas que nós qui estamos
26 a fazer já foi feita, foi feita no dia 26 de setembro de 2021.

27 Apelamos, também em jeito de conclusão da nossa análise que já vai extensa, a que o Município
28 adote para com os restantes membros da Vereação e os membros desta Assembleia Municipal uma
29 maior transparência na informação transmitida, a revisão parta para uma proposta de revisão dos
30 principais documentos estratégicos para o Concelho e promova políticas de melhoria de
31 atendimento aos Municípios, às Instituições e às Empresas.

32 Por último só mais 2 pontos. Não achamos que a gestão do executivo tenha sido só pontos negativos,
33 vemos alguns aspetos positivos na gestão Camarária, algumas das obras são importantes para a
34 Cidade, têm o mérito de terem sido executadas e merecem o nosso elogio. A passagem à shortlist
35 de Évora como Capital Europeia da Cultura em 2027 é um motivo de regozijo para toda esta
36 Assembleia e, obviamente, poderá contar com os eleitos do Partido Socialista em tudo o que for
37 necessário para conseguirmos levar a bom porto esse navio e podermos-nos congratular em 2027
38 de ser projetados a nível Europeu e Mundial e aquilo que a bancada do Partido Socialista poder
39 contribuir, obviamente deixamos já aqui o nosso compromisso de participar ativamente em todo
40 esse processo. A questão dos prazos de pagamento e da redução também vemos com bons olhos e
41 achamos que é importante em termos de dinâmica da economia local a redução dos prazos de
42 pagamento.

43 O posicionamento que cada Partido tem obviamente que nos merece nestes órgãos, que são órgãos
44 estritamente políticos, também a nossa análise e, portanto, nós, à semelhança do que os nossos
45 Vereadores fizeram em termos da reunião de Câmara, vamo-nos abster em termos e votação e
46 vamo-nos abster com os motivos que já referi antecipadamente, porque achamos que de alguma
47 forma esta Prestação de Contas já foi sufragada por quem realmente interessa, que é os Eborenses,
48 e porque temos uma atitude responsável para com a governação, que temos de sinalizar o voto que,
49 nos surpreendeu de alguma forma, do Movimento Nós Cidadãos, Partido RIR, que aprovou quer o
50 Orçamento de 2022 quer a Prestação de Contas de 2021, na campanha eleitoral de 2021 lembro-
51 me que o Movimento surgiu como uma alternativa e criticando as principais linhas de atuação do
52 Executivo Municipal, portanto ou validar, ou aprovar, ou dar o voto favorável a este plano de
53 Prestação de Contas e ao Orçamento de 2022, está a colocar-se ao lado do Executivo e, portanto,

1 *daqui a 1 ano quando nós aqui estivermos a fazermos esta mesma Prestação de Contas de 2022*
2 *estaremos também a fazer uma avaliação do Movimento, uma vez que está a ser solidário com este*
3 *Executivo, não é uma critica é apenas uma mera constatação.”*

4
5 **O deputado José Figueira** começou por saudar todos os presentes e disse que não pretendem, na
6 sua intervenção, de maneira alguma, analisar de forma particular a questão da Prestação de Contas
7 de 2021, até porque o Senhor Presidente da Câmara teve a gentileza de fazer uma apresentação
8 complementar ao Relatório que foi atempadamente enviado aos membros desta Assembleia, irão
9 tão só sinalizar o que, para além do que já foi dito por parte do Senhor Presidente da Câmara, a
10 bancada da CDU considera os aspetos mais relevantes.

11 Desde logo, até porque foi assim que começou o Senhor Presidente da Câmara e já foram também
12 aqui mencionadas por outros membros desta Assembleia, as questões relacionadas com os impactos
13 da doença da COVID que continuaram em 2021 a marcar a vida das populações e da economia do
14 Município, mas continuam ainda a marcar, como é referido, em particular as famílias de menores
15 recursos e as micro e pequenas empresas, e seria fastidioso da sua parte trazer aqui como já tinha
16 feito no anterior mandato, quais é que foram os impactos no nosso Distrito, no Alentejo e até alguns
17 indicadores do Concelho, os impactos da COVID em economias que são conhecidas como
18 economias a nível da Região do Alentejo, economias com alguma fragilidade e alguma debilidade,
19 e, pese embora tenha havido indicadores, como foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara, de um
20 melhor comportamento a nível da Região e a nível mesmo até do País, relacionado com as questões
21 da taxa de desemprego e da criação de emprego, permite-se fazer aqui um parênteses em relação à
22 taxa de desemprego porque, olhando para os números do INE ou para os números dos Centros de
23 Emprego do IEFP, esquecesse sempre de ver um mapa que está identificado como os desempregados
24 que estão ocupados e se se juntar os desempregados que estão ocupados, e que não contam para a
25 estatística do desemprego, com os desempregados que estão efetivamente desempregados, verifica-
26 se que os indicadores infelizmente não são assim tão favoráveis quanto o que se pode pensar. Esta
27 era uma pequena nota porque na realidade, embora estejamos numa fase de desaceleração da
28 pandemia, a verdade é que ainda há sectores da sociedade portuguesa e do nosso Concelho e da
29 Região marcados e alguns ainda nem sequer recuperaram destes mesmos impactos.

30 Gostariam também de assinalar o facto de no Relatório ser dito que não foi cumprida a Lei das
31 Finanças Locais, em particular do Fundo Social Municipal, e, como o Senhor Presidente também já
32 referiu, as novas regras Contabilísticas do Sistema Nacional de Contabilidade da Administração
33 Pública com todos os impactos que isso deriva ao nível dos resultados, mas ainda assim houve no
34 ano de 2021 um aumento do investimento público Municipal o que num quadro descrito de
35 condicionamentos não deixa de ser também importante.

36 Olhando com particular atenção para alguns aspetos no quadro da Évora Participativa, o Senhor
37 Presidente já disse que em termos dos impactos da COVID o facto de não se poder fazer reuniões
38 com a população, com as Associações, os condicionalismos que levaram a ter de se fazer até
39 algumas Assembleias Municipais em vídeo conferência e outros mecanismos fora destas instalações
40 para criar um certo distanciamento, destacam a questão do Programa do Fomento da Dinâmica
41 Popular, e destaca que hoje a Assembleia teve oportunidade de visitar o que é o acompanhamento
42 que o Município tem feito com a obra relacionada das mercadorias Sines-Évora-Caia e uma das
43 questões que tem vindo a ser colocada, para além das mercadorias, tem sido a de passageiros, o
44 Senhor Presidente falou aqui nesse aspeto, mas perguntam como é que está a questão da plataforma
45 logística de mercadorias, porque não foi feita qualquer referência sobre esse aspeto.

46 Outro aspeto que tem a ver com a questão relacionada com os Centros de Convívio e já foram
47 referidos os trabalhos que têm estado a ser feitos no Bairro de Santo António, na Horta das Figueiras
48 e Malagueira e destaca que no passado dia 25 de Abril ter sido inaugurado o Centro de Convívio de
49 S. Miguel de Machede assinalando o 48º Aniversário da Revolução de Abril. Destacam ainda neste
50 ponto o que já foi referido que é a redução da dívida em cerca de 40%, tendo como baliza de análise
51 aquilo que foi a dívida que estava identificada em outubro de 2013 e aquilo que é hoje a dívida, com
52 a redução de 38 milhões de euros, situando-se hoje em valores mais condicentes com o que tem sido
53 o esforço do Município ao longo destes anos. Assim como não deixam de relevar o aspeto do prazo

1 de pagamentos estar em 2021 em 49 dias quando em 2013 chegou a ter mais de 2 anos de atraso de
2 pagamento a fornecedores.

3 No quadro da Cidade Évora Criativa gostariam de assinalar, já foi dito pelo o Senhor Presidente, as
4 obras que foram realizadas no Teatro Garcia de Resende, a reabilitação do parque de estacionamento
5 adjacente, no Palácio D. Manuel e a criação do Centro Interpretativo, a Candidatura de Évora a
6 Capital Europeia da Cultura, com a qual se congratulam da passagem da Candidatura à 2ª fase que
7 é a fase final, e também as obras de reabilitação com novas funções do Salão Central, e colocam
8 aqui também saber quando é que se perspetiva efetivamente o funcionamento para que a população
9 possa usufruir também daquele espaço.

10 No que diz respeito no quadro da Évora Solidária destacam a questão do esforço feito pelo
11 Município no âmbito da resposta à doença da COVID, que o Senhor Presidente já falou sobre o
12 Fundo de Emergência Municipal que mais que duplicou comparativamente com aquilo que era o
13 início do Fundo, que mostra o esforço que o Município fez e com os seus trabalhadores no sentido
14 da resposta aos problemas que foram sendo colocados, ultrapassando até as fronteiras do próprio
15 Concelho, com respostas que tiveram impacto a nível da região e não só, mesmo a nível
16 intermunicipal para além do distrito de Évora, em que as respostas tiveram o acolhimento de muitos
17 doentes de outras regiões e também gostavam de destacar o Programa de Equipamentos de
18 Educação, na melhoria de edifícios, onde é destacada a requalificação e modernização da Escola
19 Básica Manuel Patrício e também das obras que estão a decorrer na Escola de S. Mamede, e por
20 último também ligado às Escolas mas que está no âmbito da Juventude que é o Banco de Manuais
21 Escolares em que foram distribuídos, no ano letivo 2020/2021, mais de 1800 manuais a cerca de
22 400 jovens e crianças do Concelho, com vista a permitir que as famílias pudessem não ter esse
23 encargo.

24 No que respeita a Évora Sustentável, já foi referido no âmbito do Ordenamento do Território os
25 trabalhos de revisão do PDM que decorrem da nova Lei dos Solos e também do início da revisão do
26 Plano de Urbanização. Destacam neste quadro também a reabilitação e reconversão urbanas, em
27 particular no Centro Histórico, a aplicação das ARUS nas zonas urbanas e também nas freguesias
28 rurais e o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável.

29 No que diz respeito à habitação importa estacar que há uma estratégia local de habitação que foi
30 elaborada e aprovada em 2020, que há um Plano Local de Habitação, que há um contrato com o
31 IRU de 60 milhões de euros no sentido de desenvolver a habitação e a requalificação e, na anterior
32 Assembleia Municipal o Senhor Presidente informou aqui, que registamos com agrado, que quer no
33 âmbito da Habévora que estão a ser desenvolvidas 2 candidaturas ao PRR, não sabemos se já foram
34 apresentadas ou não, e que também houve uma parceira com uma instituição de solidariedade social
35 no sentido da resposta em termos da habitação. Destacam também neste âmbito, e já foi referido
36 pelo Senhor Presidente, o projeto POCITYF, o Programa de Preservação do Meio Ambiente, a
37 Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e a reabilitação do Aqueduto da Água
38 de Prata.

39 Quanto à questão da água, pelos contornos que esta questão tem é uma situação de todo
40 condicionante do desenvolvimento do nosso Concelho. Já agora que o nosso colega José Santos, da
41 bancada do PSD, levantou aqui uma questão de que tem dúvidas do custo e benefício e se há fatores
42 de estrangulamento, pelo que sugerem que leia o Decreto Lei nº 46/2003 de 13 de março, onde está
43 plasmado o programa de criação desta empresa multimunicipal e os estatutos da empresa, e que
44 depois procurasse saber o que é a parceria pública feita entre 20 Municípios do Alentejo, alguns
45 deles do Distrito de Évora, diretamente com o Governo, que é as Águas Públicas do Alentejo, e
46 verificasse nos estudos de viabilidade económico-financeira, que nesta empresa não existem e que
47 os Municípios nem sequer participaram em nada disso, de 2009, 2015 e 2021/22 que está agora a
48 terminar o estudo de viabilidade económico-financeira, que analisasse o Contrato de Gestão que
49 está a ser agora já no 3º período de elaboração e o Contrato de Parceria também elaborado, assinados
50 pelas Câmaras Municipais diretamente com o Governo e depois o Governo delegou a sua
51 competência nas Águas de Portugal e os Municípios delegaram a sua competência numa Associação
52 que criaram especificamente para os representar, que se chama Associação de Municípios das Águas
53 Públicas do Alentejo, e visse se naquilo que Évora e outros Municípios do Distrito que foram

colocados, em 2003, nas Águas Públicas comparando com outros se há ou não previsibilidade dos investimentos ao longo dos 5 anos de cada estudo de viabilidade económico-financeira, se há ou não previsibilidade das tarifas, se há ou não previsibilidade das rendas que a empresa tem de pagar aos Municípios para que os Municípios, que entregaram as suas infraestruturas, tenham uma renda de uso dessas infraestruturas e se há ao final de cada ano, desde que haja dividendos, se esses dividendos não são distribuídos pelos Municípios, perguntam se na empresa que foi criada em 2003 tudo isto foi garantido aos 6 ou 7 Municípios que entraram nesta situação. O que está garantido e está aqui dito no Relatório é que nestes 20 anos Évora, e só Évora já não falando dos outros, pagou 100 milhões de euros de faturas e perguntam se pelo menos destes 100 milhões se foram investidos em investimentos 10% deste valor, têm dúvidas, por isso acham que este é um problema muito complicado para o Município de Évora como para outros Municípios, mas nós hoje estamos aqui a falar do Município de Évora.

Pedem, também, ao colega José Santos que fizesse umas contas que estão no Orçamento que aprovaram na semana passada, que tem uma Receita previsível de água de 5 milhões de euros e tem uma Despesa previsível de 5 milhões e 124 mil euros, não esquecendo que tem de se pagar a amortização da dívida dos tais 7 milhões e tal, do acordo que foi feito com as Águas do Vale do Tejo e que depois transitou para o Banco Europeu de Investimentos. Por isso não podem só ver ao nível de Orçamento o que se recebe e o que é que se paga tem de se saber quais são os custos associados à situação da dívida passada de 20 milhões de euros foi sendo amortizada mais os juros dessa dívida e isso é que são os encargos da água e os encargos do saneamento, ainda por cima trouxeram aqui na semana passada um Parecer que agora se vai pagar também as águas pluviais, de acordo com o Plano Estratégico 2030 das Águas, o PENSAARP, o último P antes não estava, era PENSAAR só, das águas e águas residuais, agora tem um P, e o P é o que os Municípios agora vão pagar pelas águas pluviais, as chamadas águas da chuva. Por isso têm todos de entender que determinado tipo de decisões em dado momento têm peso ao nível das vidas das pessoas porque ao ter peso vida do Município vai ter peso na vida das populações. Aconselham a que os membros da Assembleia Municipal procurem saber o que é que foi este negócio da água feito em 2003, que não beneficiou os Municípios que foram para ele, beneficiou a empresa Águas de Portugal e continua a beneficiar.

Em relação aos indicadores financeiros mencionam que todos os indicadores orçamentais têm uma evolução positiva; chamaram a atenção para o quadro dos encargos da dívida da água, que vão pesar durante muitos anos no Município de Évora e que na verdade trazem constrangimentos; não podem deixar de dizer que houve uma redução da dívida, como foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara, de cerca de 3 milhões e 200 mil euros e que isso é um facto positivo, ainda para mais quando vêem o gráfico sobre a evolução do excesso da dívida e verificam efetivamente uma descida abrupta; neste momento está a ser discutido o Orçamento de Estado para 2022 e a Câmara Municipal apresenta a evolução do FEF de 2019 a 2021, e a evolução de 2020 para 2021 o FEF, quer corrente quer capital, teve um crescimento para o Município de 15%, mas segundo o que está no mapa do Orçamento de Estado para os Municípios, o Município vai perder em 2022, 700 mil euros, comparando com 2021, ou seja vai receber menos 5,4%, em vez de haver um crescimento até tendo em consideração um conjunto de fatores no sentido das transferências serem aumentadas, continua por parte do Governo, por parte do Estado, a não se cumprir a Lei das Finanças Locais, e hoje o INE divulgou a taxa de inflação 7,2%, têm os combustíveis, têm as matérias primas, que estão a aumentar, têm um conjunto de fatores de desenvolvimento da atividade do Município que vão aumentar e por isso chamam a atenção para a situação porque o FEF vai descer 5,4%, mas as receitas totais que incluem o IRS, o Fundo Social Municipal e o IVA, no global o Município vai receber menos 2,3%, ou seja, nem sequer as outras receitas vão compensar a perda do FEF no Orçamento. Em síntese, destacam do Parecer da ROC que as demonstrações financeiras se apresentam de forma verdadeira e apropriada, que estão em conformidade as demonstrações financeiras o Relatório de Gestão está em conformidade, que em 2020 e 2021 o Município passou a cumprir os limites em relação à dívida total, que a execução das receitas atingiu o índice que a Lei obriga, que o Município cumpre as regras de equilíbrio orçamental, que o Município não apresenta pagamento em atraso, que os recebimentos em atraso estão neste momento em 4 milhões e 200 mil euros e que na verdade e

na opinião da ROC, o Relatório de Gestão cumpre com o que está determinado pela Lei, nesse sentido os eleitos pela CDU vão votar favoravelmente o Relatório da Prestação de Contas.

O deputado Bruno Martins saudou todos os presentes e iniciou a leitura do seu documento:

“Os documentos que hoje analisamos refletem mais um ano civil que envolveu o final do Mandato e o início do outro, um ano fortemente marcado pela pandemia do COVID 19 a qual exigiu um esforço de gestão maior, que o Bloco de Esquerda assinala, e uma disponibilidade de tantas e tantos trabalhadores municipais que saudamos e a quem agradecemos o trabalho suplementar que prestaram. Uma Prestação de Contas num ano que trouxe novidades na distribuição de mandatos no Executivo e nesta Assembleia Municipal e que nos deveria convocar a todos e a todas para a responsabilidade acrescida de apresentar respostas aos Eborenses, respostas concertadas e negociadas, não se vislumbrou no final de 2021 mas esperamos que o futuro nos traga um compromisso alargado e coerente para todo o Mandato. A estabilidade de um Programa para os próximos anos é o justo anseio dos Eborenses e é para tal que os Eleitos devem trabalhar, não sucumbindo a qualquer lógica estratégica que queira romper no melhor momento para o seu Partido. Évora merece a estabilidade de um Programa plurianual negociado tendo por base o melhor que cada Programa apresentou.

Sobre os documentos da Prestação de Contas apresentados, não podemos deixar de assinalar que ao longo dos últimos anos foi possível reduzir significativamente a dívida global do Município, reduzir o prazo médio de pagamento aos fornecedores, aumentar o equilíbrio orçamental e a redução do excesso de endividamento, havendo agora uma capacidade de endividamento que poderá resultar num maior investimento Municipal ao serviço dos nossos munícipes. Infelizmente estes ganhos financeiros e orçamentais não permitiram um investimento que Évora merecia e, mais do que isso, não se traduziram sequer na concretização do próprio programa do governo municipal que a CDU apresentou à população, e para isso não há qualquer desculpa válida. A situação financeira era conhecida aquando da apresentação das promessas à população.

A Prestação de Contas de 2021 representa em grande medida o término do último mandato e consideramos que a CDU não cumpriu tanto do que prometeu nesse mandato e que também é avaliado nesta Prestação de Contas. Era proposto mas não foi cumprido a existência de uma gestão democrática, inovadora, aberta e participada, aliás prometia-se uma participação nos processos municipais de tomada de decisão, nomeadamente nas Opções do Plano, Orçamentos e outras orientações estratégicas, não aconteceu, e não foi só nos anos de pandemia, não basta dizer que se faz é preciso mesmo fazer. Era prometido a criação de novos Conselhos Municipais para a Cultura e para o Desporto e garantir um funcionamento renovado das Comissões e Conselhos Municipais existentes. Prestar contas às populações sobre o trabalho realizado e as dificuldades encontradas. O respeito pelas oposições garantindo-lhes condições de trabalho para além do Estatuto do Direito de Oposição bem como a sua participação nas decisões. Elaboração do Plano de Gestão e Salvaguarda do Centro Histórico com definição da zona especial de proteção, atirou-se para tão longe este objetivo, espero que seja desta. A revitalização do Mercado 1º de Maio com os operadores e pequenos produtores. A criação de um programa de resposta rápida às necessidades das empresas. Reforçar um programa de revitalização económica do Centro Histórico. Reforçar a limpeza e a higiene públicas. Publicar em formato digital a Carta Arqueológica do Concelho. A criação de um Plano Integrado de Valorização do Património Concelhio. O desenvolvimento de um Programa Estratégico Cultural. O aprofundamento do conceito de Évora Cidade Educadora. O apoio a ATLS e Centros lúdicos da rede pública em parceria com Associações de Pais. Reabilitar e dinamizar a Ludoteca do Jardim de Évora, parece que será desta, esperemos que sim. Dinamizar as Unidades de rede, Envelhecimento, Saúde mental, Minorias sem abrigo. O estudo da possibilidade de um Centro de Ciência Viva em Évora. A existência e finalização do grande debate público sobre o futuro da Feira de S. João. A promoção de programas de combate ao isolamento a idosos ou a participação dos jovens nas políticas municipais. Sim, estas não eram propostas do Bloco de Esquerda, eram promessas da CDU inscritas no seu programa de governo Municipal quando se apresentou a eleições. Importaria fazer esse balanço na documentação oficial da Câmara.

O Bloco de Esquerda gostaria ainda de realçar que viabilizou os últimos Orçamentos. Infelizmente ações que propusemos para que pudessemos viabilizar o acordo não foram cumpridas, nomeadamente a implementação efetiva da tarifa social da água e a sua automatização, a definição com clareza através de Regulamento dos critérios de atribuição dos apoios ao Movimento Associativo em condições de transparência e acuidade, a tal definição da zona especial de proteção e plano de salvaguarda do Centro Histórico, a revisão do PIER de Monfurado para eliminar de vez a possibilidade de mineração naquele local, a finalização em tempo que era prometido do debate público sobre a Feira de s. João e a apresentação pública das suas conclusões ou a elaboração e apresentação pública dos relatórios que especificassem as atividades e as ações adotadas pelos Órgãos Autárquicos na sequência das recomendações de todos os Concelhos e Comissões Municipais. Obviamente que existiriam inúmeras outras ações que gostaríamos de ter visto desenvolvidas, mas respeitamos que o Programa de Governo Municipal que ganhou as eleições não foi o nosso pelo que me abstenho de inúmeras outras ações que o povo Eborense, no nosso entender, merecia ter visto em prática.

Esta não é a nossa Prestação de Contas, mas apresenta o que foi feito infelizmente deixando de fora o balanço do que não foi feito, mas é de facto o espelho do que foi a governação municipal em 2021 e também que já foi avaliada, obviamente, nas últimas eleições autárquicas. Desta forma, não validando esta Prestação de Contas, que não é a nossa, não temos razões para votar contra, pelo que o Bloco de Esquerda vai abster-se nesta votação.”

O deputado Joaquim Faria saudou todos os presentes e iniciou a leitura do seu documento:

“O Movimento Cuidar de Évora entende que os documentos apresentados respondem aquilo que foi a gestão da Câmara Municipal em 2021. Embora tenhamos tomado posse no último trimestre do ano de 2021 e não concordemos com a forma como a mesma foi gerida, o Relatório de Gestão agora apresentado reflete a gestão do Executivo Camarário e as suas ações enquanto executor do Plano de Atividades e do Orçamento Municipal de 2021, pelo que não restem dúvidas que quem preside e tem responsabilidade executivas na Câmara de Évora. Numa avaliação global e geral ao Relatório de Gestão de 2021 não retira preocupação ao Movimento Cuidar de Évora, que continua preocupado com a resposta ao desequilíbrio estrutural do Município, uma das principais condicionantes que continua referida nas Opções do Plano.

A Receita efetivamente cobrada, arrecadada, cerca de 48 milhões de euros é inferior ao Orçamento para esta ano em cerca de 20 milhões de euros, exatamente o défice que acompanha os Orçamentos Municipais da Câmara desde sempre, agir neste défice é fulcral para combater o desequilíbrio estrutural, agir neste défice é cortar na despesa corrente e aumentar as receitas efetivamente cobradas pelo Município, não existe outra forma de ir à banca só deveria ser opção se o destino dessas verbas fossem investimento nunca para pagar despesa corrente, como aconteceu e acontece, por exemplo, com o pagamento a fornecedores, o referido PAEL, com destaque para as Águas de Portugal.

É verdade que os números apresentados tentam demonstrar uma condição, que no nosso entender, não correspondem à realidade, colocando inúmeras interrogações como incorporação de saldos de gerência. Se há saldo de gerência significa que recebemos mais verbas que as que gastámos e a ser verdade, e queremos acreditar que sim, como é que é possível terem sobrado verbas.

Como nota final, o Orçamento e Plano de Atividades e as Contas passaram porque todas as forças políticas as viabilizaram, ou com a abstenção, o caso do PSD, CDS e PS, ou com o voto favorável da CDU e do Movimento Cuidar de Évora, sem as referidas abstenções os documentos em questão não passariam e nunca poderiam ser executados.

É, portanto, caros Deputados, a viabilização dos documentos é de todos os Deputados, entenda-se forças políticas e não apenas dos que votaram favoravelmente. Parece-nos que há forças políticas que se esquecem das responsabilidades efetivas que tem no estado a que a Câmara Municipal de Évora chegou. O Movimento Cuidar de Évora, como movimento responsável que é, e que se assume como voz dos munícipes descontentes e que pretende cuidar dos Eborenses, vai acompanhar, fiscalizar e por fim avaliar o novo Plano de Atividades e o novo Orçamento.

1 *O Movimento Cuidar de Évora irá votar favoravelmente esta Prestação de Contas, não só porque*
 2 *já foi dito, mas porque foi certificado pelo ROC e transcreveram a realidade que já conhecemos,*
 3 *razão pela qual votamos favoravelmente.”*
 4

5 **A deputada Paula de Deus** referiu-se a algum excesso da sua parte na intervenção que acabou de
 6 fazer a propósito de a CDU exigir a construção do novo Hospital e assim a obra teve início,
 7 compreende que fosse um sonho mas disso não passa, porque na realidade a decisão de construção
 8 do novo Hospital foi uma decisão deste Governo, foi uma prioridade deste Governo, inclusive de
 9 obras idênticas noutras regiões, e foi uma prioridade deste Governo porque, quando o PS está no
 10 Governo o cuidar de Évora passa a ser um desígnio de todos e, portanto, os investimentos que o PS
 11 tem feito no Alentejo, e em particular no Concelho, nomeadamente na área da Saúde, são bastante
 12 concretos e obras estruturantes, não há para baixo e para cima, são obras estruturantes que garantem
 13 estabilidade, qualidade de vida e bem estar e de longo alcance para o desenvolvimento do Alentejo,
 14 por isso o Hospital Central do Alentejo, construído em Évora, para o qual, como é evidente, a
 15 Câmara de Évora também contribui com o seu apoio, nomeadamente com as infraestruturas que lhe
 16 compete fazer, ainda assim não significa que seja uma exigência da CDU, mas sim uma opção do
 17 Governo e, portanto, já que são rigorosos com as palavras e gostam de facto que as coisas sejam
 18 tratadas com seriedade, têm de ser rigorosos em tudo e “exigir” de facto não é a palavra certa, porque
 19 o termo correto é acompanhar a opção deste Governo nesse investimento, tal como, e já foi aqui
 20 dito, se aplica a palavra acompanhar à obra da ferrovia que está a ser feita, e que hoje visitamos, e
 21 que também foi uma opção deste Governo, mais uma vez um projeto estruturante, agora não na área
 22 da Saúde, de âmbito essencialmente económico mas que conjuntamente contribuem para que a nossa
 23 Região se torne uma Região mais atrativa naquilo que é o Quadro das Regiões a nível Europeu, e
 24 por isso em nome do rigor e daquilo também que são as opções que tem sido feitas pelo Partido
 25 Socialista, gostaria de sublinhar estes dois aspetos, de os ver tratados de facto como eles merecem
 26 ser tratados.
 27

28 **O deputado José Santos** agradeceu ao Dr. José Figueira o repto e vai aprofundar os seus
 29 conhecimentos no tema da água e disse que tem 3 questões. A 1ª, é que a Câmara de Évora nunca
 30 referiu qual seria o valor a suportar caso tomasse em mãos a conservação e o investimento do sistema
 31 em alta, não sabem, mas um dia se lhes conseguirem dizer esse número vão gostar de saber. A 2ª, é
 32 que o relatório da ROC não refere o contrato da Água como um tema perturbador ou complexo do
 33 ponto de vista das finanças da Câmara Municipal, refere outros, mas esse não, portanto, se ele não
 34 o refere por alguma razão será. A 3ª é, tal como na anterior reunião a sua colega de bancada Raquel
 35 Taboleiros referiu, poderem organizar umas jornadas para refletir sobre a questão da água e o Dr.
 36 José Figueira ser um dos oradores convidados.
 37

38 **O deputado José Figueira** informou que estaria disponível para participar nas jornadas sobre a
 39 água que o PSD anunciava realizar e que lhe dirigiu pessoalmente um convite.
 40

41 **O Presidente da Câmara** relativamente à questão da água, esclareceu que Câmara, nestes 3
 42 mandatos, nunca reivindicou assumir a gestão direta do sistema, o que propôs, por escrito a vários
 43 Governos, foi transferir o que atualmente está no sistema multimunicipal para o sistema de águas
 44 públicas. Diferenças fundamentais: recupera a gestão estratégica da água, que neste momento não
 45 tem, reduz a fatura, porque deixa de pagar um conjunto de verbas que atualmente têm de pagar às
 46 Águas do Vale do Tejo, nomeadamente uma percentagem substancial das águas da chuva nas
 47 ETAR's, águas pluviais como agora se chamam, e ter a capacidade de se pronunciar sobre a gestão
 48 e sobre o funcionamento da empresa, coisa que não acontece na Águas do Vale do Tejo. Estes dados
 49 são importantes, mas também têm dados económicos sobre essa situação.
 50

51 Em relação às questões da ligação ferroviária e da construção do novo Hospital, referiu que não
 52 disse que eram os únicos responsáveis, o que disse é que tiveram um papel importante a esse nível,
 53 e reitera o papel importante quando lhes foi apresentado como facto consumado o traçado da ligação

ferroviária que passava por dentro de Évora e afetava Évora de uma forma tremenda no seu desenvolvimento, bateram-se conjuntamente com Movimentos de Cidadãos e com amplo consenso nesta Assembleia para que o traçado fosse alterado e conseguiram, em conjunto, que esse traçado fosse alterado, e foi bom que assim fosse, não disseram que eram sozinhos mas tiveram um papel importante a esse nível. Como tiveram um papel importante ao nível da questão do Hospital e voltamos a ter, e já agora dizer que as infraestruturas não são da responsabilidade da Câmara, a Câmara é que num acordo que fez com o Governo, com a Senhora Ministra da Saúde que solicitou à Câmara que assumisse a responsabilidade de fazer as infraestruturas de água, saneamento e acesso, e a Câmara aceitou essa proposta, têm um Acordo que está há espera de ser assinado relativamente a esta matéria que falta ainda conhecer o financiamento.

Relativamente ao desequilíbrio estrutural do Município ele já não existe, já têm a situação equilibrada do ponto de vista estrutural, têm algumas situações que preocupam ainda e que podem levar a desequilíbrios de novo estruturais, já citou uma delas, tem a ver com o Sistema Multimunicipal, mas há situações que ainda tem de ser tidas em conta.

Quanto ao Saldo de Gerência e os valores do Saldo de Gerência têm sobretudo a ver com os valores que são recebidos no final do ano e que já não é possível utilizar para pagamento, por exemplo, valores de Fundos Comunitários, valores da concessão à EDP, agora E-REDES, da iluminação pública, situações em que recebem no dia 29 ou 30, e já não é possível fazerem esses pagamentos, e portanto o saldo aparece com valores elevados, não gostariam mas é assim que acontece.

Relativamente ao apoio aos Agentes Culturais, ao longo destes últimos anos tiveram sempre um programa de apoio na ordem dos 200 mil euros, por concurso e que depois eram apresentados os resultados desse concurso, em que apoiaram algumas dezenas Agentes Culturais e de Projetos Culturais que foram apresentados, julga que os únicos que foram excluídos foram aqueles que não se enquadravam nos requisitos mas tiveram este Programa que foi importante num momento em que os Agentes Culturais tinham estas dificuldades.

Quanto à derrama, já teve oportunidade de dizer que a evolução da derrama como é dita não nos diz muito sobre isso porque, obviamente, estamos a apanhar 2 anos atípicos e portanto têm de analisar é no evoluir de, digamos, nos anos normais.

Relativamente às funções da economia, falou em 90 mil euros, mas, por exemplo, só na aquisição dos terrenos do PITÉ investiram 600 mil euros, no acesso que foi feito ao PITÉ, que acabaram agora, foram investidos cerca de 800 mil euros, só para dar alguns exemplos de investimentos a este nível.

Relativamente à execução das Candidaturas é conhecida a situação, como já tem dito, têm de as executar até 2023 e por isso não percebe quando se fala aqui em desaproveitamento dos Fundos, qual desaproveitamento, onde é que está o desaproveitamento, aonde, com quê, não ouve, não tem havido, têm a possibilidade de as realizar até 2023, e apesar das dificuldades significativas que têm com os empreiteiros, com todas as situações que são conhecidas, estão convencidos que irão executar dentro do prazo que está determinado e que é importante.

Salientou que, relativamente às dinâmicas dos investimentos culturais, é isso mesmo que se pretende com o Palácio D. Manuel que tem duas componentes, tem a componente do Centro Interpretativo, mas tem uma componente de sala de exposições, sala de conferências, que pretendem dinamizá-la assim que tiverem condições para isso. Para o Teatro Garcia de Resende apresentaram uma candidatura que foi aprovada e que garante uma verba significativa para garantir uma programação anual com grande significado ao longo deste Mandato, o que é um dado importante. Sobre o Salão Central a obra está acabada, falta só o PT e assim que a E-REDES resolver o problema, podem avançar com a abertura.

1 Sobre o peso das despesas com pessoal tem a ver também com as receitas, como é evidente, porque,
2 como viu, do ano de 2020 para 2021, salvo erro, aumentaram 36 trabalhadores e isto significa que
3 ainda assim temos um desequilíbrio relativamente ao Mapa de Pessoal face aos 6 anos em que não
4 puderam contratar ninguém, portanto a evolução das Receitas é que de facto não tem sido suficiente.

5
6 Quando se fala, por exemplo, da questão do cumprimento da Lei das Finanças Locais, está apenas
7 a referir dados da Associação Nacional de Municípios, não está a referir dados de mais ninguém, a
8 Associação Nacional de Municípios faz as contas e apresenta. Mas a questão do IMI, essa sim,
9 porque como é sabido, a Lei o que diz é que decisões nacionais de isenção de impostos devem
10 compensar os Municípios, por isso esperam que o Município venha a ser compensado pela isenção
11 de IMI que já está, finalmente e felizmente, a ser aplicada.

12
13 Em relação ao Cromeleque dos Almendres assumiram a responsabilidade e estão a trabalhar nesse
14 sentido, quanto à Anta do Zambujeiro, infelizmente não é do Município, mas fizeram um acordo
15 com a Direção Regional de Cultura e com o proprietário, houve uma candidatura que não foi
16 aprovada, e é um problema complicado porque a Anta é particular. Quanto às Termas Romanas
17 acabaram e fazer todo o trabalho de arqueologia e estão em condições agora de iniciar a
18 musealização que pretendem.

19
20 Quanto aos loteamentos municipais resolveram uma série deles, incluindo alguns que não tinham
21 sequer caucões e deveriam existir para garantir que eram terminados, mas de facto recebem muitos
22 loteamentos com problemas muito graves, para além dos novos que foram aparecendo, há de facto
23 um problema de loteamentos e alguns não são fáceis de resolver, recorda o que está ao lado da
24 Escola de S. Mamede, por exemplo, que já passou por inúmeras empresas e finalmente parece que
25 já tem uma perspetiva de resolução.

26
27 Sobre as instalações municipais, fizeram um esforço para melhorar algumas, por exemplo na Rua
28 de Machede fizeram algumas melhorias, mas longe do que é necessário, porque de facto o que
29 precisam é de novas instalações e ir retirando de lá aqueles serviços, mas recorda que aproveitando
30 uma oportunidade que a desocupação deste edifício da EDP nos proporcionou, conseguiram
31 melhorar substancialmente essa área. Uma outra área que queriam ter avançado mais rapidamente,
32 mas não conseguiram por falta de empreiteiro, foi a reconversão da antiga rodoviária.

33
34 Relativamente às questões da Receita cobrada e Orçamentada, já falou aqui sobre o que a Lei lhes
35 impõem a este nível e que é contraditório e que os obriga a ter parte do Orçamento virtual, tanto
36 mais virtual quanto maior é a dívida, que é a obrigatoriedade, por um lado, de cabimentar toda a
37 despesa que existe mesmo que ela não seja paga no ano e, portanto, isto obviamente obriga a
38 aumentar, já sabemos que só vamos pagar alguma dessa despesa daí a 2 anos, 3 anos, por exemplo,
39 mas temos de a cabimentar no ano em causa, o que leva a terem mais despesa do que receita. Julga
40 que há maneiras de resolver isto do ponto de vista do sistema, espera que haja uma resolução para
41 que de facto isto não aconteça, mas obriga a esta situação e como devem compreender quanto maior
42 a dívida pior a situação. Ainda temos de facto alguma situação desse género aqui.

43
44 Sobre o abastecimento de água e o saneamento são de facto conhecidos os problemas, já os
45 abordaram aqui, como os problemas na rede viária.

46
47 Em relação ao parque escolar fizeram investimentos significativos, onde têm situações mais graves
48 não eram nas Escolas da responsabilidade da Câmara, eram sim nas Escolas responsabilidade do
49 Ministério e por isso o que fizeram foi assumir essa responsabilidade, agora no final do ano
50 relativamente à ESAG e a Santa Clara, no acordo que, alias, já foi estabelecido com o Ministério da
51 Educação.

1 Quanto aos acampamentos ocasionais, tiveram aqui oportunidade de falar nessa matéria, é um
2 problema muito complexo que deve ser tratado com particular cuidado que envolve aspetos muito
3 sensíveis e que muito rapidamente se pode transformar, naquilo que julga que ninguém quer, que é
4 atear uma fogueira social onde ela não deve existir, onde deve haver muita calma e muita capacidade
5 para tratar estas questões. Informou que ainda há 2 meses tiveram uma reunião com 3 Secretarias
6 de Estado mais o Alto Comissariado para as Migrações, para procurar soluções estruturais para esta
7 situação, que não é um problema do Concelho de Évora, é um problema da Região, sendo que Évora
8 está a ser pressionada para receber um conjunto significativo de famílias, pressionada não nós, as
9 famílias nómadas é que são pressionadas nalguns casos nesse sentido, por exemplo, porque tem de
10 ter um curso para poderem aceder ao Rendimento Social de Inserção e se não fizerem esse curso
11 não têm o Rendimento Social de Inserção, então têm de vir a Évora tirar esse curso, são convocadas
12 para vir a Évora mas ninguém identifica aonde é que deverão ficar no período em que estão a fazer
13 esse curso.

14
15 Relativamente aos Ativos Municipais, não vai maçar com questões de ordem técnica, também aqui
16 houverem alterações relativamente ao novo sistema de contabilidade pública, chama apenas a
17 atenção para as diferenças quando houve alterações no sistema, por exemplo, de 2019 para 2020, se
18 houver necessidade poderão falar sobre isso.

19
20 Em relação à Estratégia de Atração Turística, quer dizer que têm feito um excelente trabalho, a seu
21 ver, com a Entidade Regional de Turismo e julga que basta constatar Évora cheia, na Páscoa e agora,
22 por exemplo, para mostrar que de facto a capacidade de atração de Évora tem alguma coisa a ver
23 com o trabalho que tem sido feito pela Entidade Regional de Turismo e também com a colaboração
24 da Câmara, aliás integrada na Entidade Regional de Turismo, temos sempre chamado a atenção que
25 a promoção deve ser a promoção da Região, ainda que a marca Évora tenha um peso significativo
26 na Região.

27
28 Sobre a questão dos desinvestimentos nos Bombeiros, salientou que, apesar do PAEL, apoiaram os
29 Bombeiros e assumiram o compromisso que, no primeiro ano em que não houvesse o PAEL, fariam
30 um Protocolo e dariam apoio e assim foi. Agora precisam de ter capacidade para de forma
31 sustentável ir aumentando o apoio aos Bombeiros, o que é fundamental, ainda que tendo a Câmara
32 esse objetivo e esse empenho, julga que se deve questionar também qual é o empenho do Governo
33 a este nível, porque, por exemplo, o valor por quilómetro pago aos Bombeiros não é atualizado
34 desde 2012, o que causa problemas graves nas contas dos Bombeiros e isso tem de ser resolvido.

35
36 No que se refere às Eleições, disse que naturalmente houve uma avaliação nas Eleições do
37 desempenho e a avaliação foi o que se traduziu nos resultados eleitorais, obviamente foram
38 penalizados por algumas razões, naturalmente não escodem a cabeça como a avestruz, digamos
39 assim, dizendo não, não isto não tem nada a ver com eles, obviamente que tem a ver com eles, não
40 negam isso, pelo contrário, têm isso em conta.

41
42 Referiu que houve uma pergunta sobre a Plataforma Logística e que hoje mesmo na conversa que
43 teve com o Administrador da IP, ele confirmou que o estudo está a ser desenvolvido relativamente
44 a esta matéria, que tem havido falta de resposta por parte de algumas áreas económicas e
45 combinaram uma reunião para procurar que a Câmara ajudasse a que essa recolha de dados fosse
46 feita com alguma celeridade, o Administrador referiu-se em particular à área da aeronáutica mas
47 sabemos que há outras áreas que responderam ainda a esta questão, julga que isso será resolvido.

48
49 **O deputado Gonçalo Costa** agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara os esclarecimentos e disse que
50 ficou elucidado relativamente a muitas matérias, e que relativamente à questão dos Fundos, a
51 bancada do Partido Socialista ficou extremamente contente com esse empenho da Câmara
52 Municipal e com esse compromisso assumido perante os deputados municipais que até final de 2023
53 as candidaturas aprovadas são todas executadas de acordo com o planeado, não havendo dessa forma

nenhum desaproveitamento dos fundos aprovados e registam esse compromisso assumido perante todos e cá estarão para fazer essa avaliação.

Relativamente à questão dos acampamentos referiu que têm essa perceção e essa sensibilidade, que é uma questão muito sensível, é uma questão que mexe com todos, é uma questão que tem de ser tratada, como se costuma dizer com “pinças”, de modo a não criar nenhum tipo de conflito na sociedade, que é o de todo que se quer evitar, mas a Câmara terá certamente um papel importante na resolução desses problemas e de encontrar de alguma forma soluções dignas para essas pessoas que têm uma situação social mais carenciada, contam com o empenho de todos na procura de uma solução digna para todos eles, mas que de alguma forma também respeite os que habitam nos bairros de Évora e, portanto, que sejam encontradas soluções para as duas situações.

Relativamente à questão das Escolas, sem dúvida há Escolas que são da responsabilidade do Governo, mas em outras Autarquias foi possível celebrar acordos de parceria para as Câmaras Municipais apresentarem candidaturas e, de alguma forma, aquilo que apelam é que o Município e o Executivo Camarário se ponham sempre do lado da solução e que veja no Governo sempre como um parceiro para resolver as soluções que de alguma forma são colocadas.

Por último, um comentário relativamente à questão da promoção turística de Évora, sem dúvida que felizmente voltaram a ver a Cidade cheia de turistas, acha que todos gostam disso, que todos gostam de ver animação e o comércio animado e a restauração, sem dúvida nenhuma, mas aquilo que sentem é exatamente isso que o Sr. Presidente disse, a projeção de Évora é feita maioritariamente através da Entidade Regional de Turismo, que tem um papel essencial na promoção do destino, do Alentejo, da Cidade de Évora no particular, e gostariam de ver da parte do Município uma maior preocupação na divulgação da marca de Évora e não apenas a ir, perdoem a expressão, a reboque daquilo que a Entidade Regional de Turismo faz, apesar de, obviamente como disse o Sr. Presidente e muito bem, o Município de Évora ser um dos parceiros que integra a Entidade Regional de Turismo.

O Presidente da Câmara esclareceu que relativamente à questão dos acampamentos apesar de tudo, atualmente nas casas da Habévora há cerca de 80 famílias de etnia cigana, algumas delas entraram já nestes anos e como sabem com alguma contestação que é conhecida, não falando apenas de etnia cigana, mas há situações em que é preciso haver um período de transição relativamente à utilização das habitações para garantir o seu uso capaz.

Relativamente à pareceria com o Governo, já tem aqui dito que chegaram a um acordo com o Governo relativamente à Escola André de Gouveia, há 2 anos ou 3 atrás, era Secretária de Estado da Educação a Dra. Alexandra Leitão, e esse acordo significava que avançariam com a Escola e haveria um acordo paralelo, digamos assim, para colocar o Jardim de Infância na Horta das Figueiras, mas por razões que não foram da sua responsabilidade esse acordo não avançou.

Em relação à promoção turística, sentem-se confortáveis com o trabalho da Entidade Regional de Turismo, mas têm tido de forma autónoma um conjunto de iniciativas de promoção da marca Évora, recorda, por exemplo, a participação, que é uma participação anual, na Feira de Turismo de Lisboa.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente e dos eleitos e não verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a presente Proposta a votação.

Deliberação da Prestação de Contas 2021:

Aprovado por maioria, com 12 votos a favor (8 da CDU, 3 do Movimento Cuidar de Évora, e 1 do MMPI), e 20 abstenções (13 do PS, 5 Coligação “Mudar Com Confiança”, 1 do BE e 1 do MICAZA), com 32 presenças verificadas.

2. Celebração de Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Évora para o ano de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Presidente da Câmara**.

1 **O Presidente da Câmara** referiu que os Contratos têm a ver com a Descentralização de
2 Competências e com a vontade que tiveram, em conjunto com a DGEstE e com os Agrupamentos
3 de Escolas, de manter nas Escolas um conjunto de competências que os Diretores das Escolas já
4 tinham, e que não lhes pareceu fazer sentido que viessem para a Câmara e, portanto, foi a esse
5 Acordo que chegaram. Ainda assim, passou a palavra ao Vereador Alexandre Varela.

6
7 **O Vereador Alexandre Varela** saudou todos os presentes e referiu que, no essencial, o Sr.
8 Presidente disse o que foi a proposta do Município. O processo começou tardiamente, tendo em
9 conta a natureza e a complexidade do que estava a ser proposto, e a 1ª reunião com a DGEstE de
10 articulação teve lugar em dezembro de 2021, depois foi feita uma primeira reunião em janeiro de
11 2022 com os Agrupamentos de Escolas e com a DGEstE, e, a partir daí, houve um trabalho de
12 grande proximidade, de grande contacto, de grande articulação, entre os serviços do Município, a
13 Divisão de Educação e Intervenção Social, que de facto tiveram aqui um cuidado muito grande no
14 tratamento desta questão com os Agrupamentos. Naturalmente que há situações diversas entre os
15 Agrupamentos e, portanto, procuraram também respeitar essa especificidade de cada Agrupamento.

16
17 No essencial o que era a proposta do Município e o que foi acordado, procurando ser negociado
18 também com os Diretores das Escolas, foi, em 1º lugar, manter, dentro daquilo que seria possível e
19 desejável tendo em conta um processo desta natureza, as Escolas pacificadas e não serem a fonte de
20 mais perturbação para as Escolas; em 2º lugar, reconhecer as competências dos Diretores dos
21 Agrupamentos e das Escolas, o “know how” e na posse do “métier” que é o deles, não é o da Câmara,
22 procurando delegar o que fosse possível de competências do Município. Portanto, as competências
23 que tinham vindo erradamente, na sua opinião e que já o exprimiram no passado, mas que vieram
24 para a Câmara Municipal, o que procuraram fazer foi precisamente a devolução dessas
25 competências, no reconhecimento de que devem estar com os Diretores dos Agrupamentos e não
26 com o Município e esse foi um dos princípios também salvaguardados.

27
28 Para poderem exercer essas competências o que a Câmara se predispôs a fazer, e é o que está nesta
29 proposta, foi que todas as verbas que venham do Ministério da Educação, por duodécimos, sejam
30 transferidas também para o exercício das competências, sendo certo que existem verbas que
31 avaliaram, tendo em conta a quantidade de contratos pré-existent, de água, de luz, de gás, de
32 telecomunicações e outros, que existem nos Agrupamentos e que são manifestamente inferiores, em
33 cerca de 150 mil euros, em relação ao que foi determinado pelo Ministério da Educação na altura
34 em que decidiu avançar com esta transferência, os valores que foram então apurados, remetem para
35 2017, portanto são de 2018, são manifestamente inferiores ao que identificaram no presente.

36
37 Isto obrigará a um trabalho extra da Comissão de Acompanhamento, que já está em funcionamento,
38 e nos próximos meses vão fazer a monitorização, vão fazer a avaliação e afinar o que tiverem a
39 afinar, no sentido de terem as Escolas a funcionar em condições. Essa garantia também lhes foi
40 dada, na passada terça-feira, pelo Senhor Ministro da Educação, à margem de um outro evento aqui
41 em Évora em tiveram oportunidade de falar no assunto, pelo que ficaram descansados relativamente
42 às explicações e ao que o Senhor Ministro da Educação lhes disse.

43
44 **O deputado José Figueira** referiu que tiveram o cuidado de analisar os Contratos, em particular os
45 anexos, e identificaram, por exemplo, que na Escola André de Gouveia os valores a transferir que
46 estão considerados, entre aquilo que são transferências do Ministério para o Município e do
47 Município para as Escolas e também exclusivamente do Município para as Escolas, mais ou menos
48 em 270 mil euros no caso desta Escola ao longo do ano em várias componentes, e perguntam se o
49 valor a transferir estimado para os 4 Agrupamentos, em termos globais na ordem de 1 milhão e 100
50 mil euros, se será mais ou se será menos, se têm alguma ideia de qual é o volume de financiamento
51 destas verbas a transferir, tal como foi dito. Gostavam também de saber, dos 290 trabalhadores que
52 foram transferidos, na área da Educação, qual é o encargo anual de remunerações, e em

remunerações engloba-se tudo, e, na prática, como é que estas transferências são executadas por parte do Ministério da Educação para a Câmara Municipal.

O deputado José Santos saudou o resultado final deste processo, o qual os Vereadores da oposição e concretamente os Vereadores do PSD tiveram um papel importante nas reuniões de Câmara, e sublinhar, o que já está de certa forma aqui referido no documento, a importância de haver uma monitorização destes Contratos, muito regulares e especialmente no que diz respeito à parte financeira, atendendo às próprias reservas que estão aqui expressas sobre se o montante em causa será suficiente para fazer face às competências delegadas, portanto acompanhamento dos valores será absolutamente fundamental.

O Presidente da Câmara esclareceu que a transferência global, como já aqui foi dito, a seu ver será insuficiente relativamente aos valores que já foram apurados em termos contratuais, e como também já foi aqui dito, há o compromisso de que o valor não coberto será depois transferido e irão acompanhar a situação, mas ao nível da Região não pensa que haja problemas. A preocupação que tem é que ainda não está a funcionar, ao nível da Assembleia da República, a Comissão Global de Acompanhamento das Transferências de Competências que estava prevista, já deveria ter funcionado o ano passado, não funcionou e espera que venha a funcionar. Refere que não viu nesta parte da proposta de Orçamento de Estado para 2022, a proposta anterior não tinha valor no Fundo de Transferências, e espera que esta questão seja resolvida para que, do ponto de vista Orçamental, se possa garantir a situação.

Sobre o valor das remunerações dos trabalhadores, estão a falar em 297 trabalhadores, dos quais 12, salvo erro, estão em Comissão de Serviço, e passaram para os quadros da Câmara, mas não são pagos imediatamente pela Câmara, só quando terminarem as Comissões de Serviço virão para a Câmara. Quanto ao valor, será transferido diretamente do Instituto de Gestão Financeira para a Câmara, mensalmente, e o que esperam é que, mediante a folha de salários, possam receber integralmente as verbas dos trabalhadores.

Relativamente ao acompanhamento dos Contratos, é exatamente isso, ou seja, o que pretendem fazer em todos os casos é o acompanhamento que lhes permita identificar os custos para poderem depois apresentar a situação no sentido de, se houver diferenças, poderem justificar de onde vêm essas diferenças e solicitar que sejam repostas.

O deputado José Santos sugeriu que a avaliação possa ser, por exemplo, trimestral, e, ainda hoje, os Autarcas Sociais Democratas produziram um comunicado sobre o assunto e, de facto, há um receio de que as verbas não sejam suficientes para esta Delegação de Competências, e, aliás em homenagem ao que o Sr. Presidente disse na reunião da sexta feira passada, de facto está escrito no Orçamento a possibilidade de terem de ser verbas do Orçamento a satisfazer os valores não cobertos, portanto, uma avaliação trimestral poderia ser a proposta em termos de periodicidade para avaliar se as verbas são suficientes.

O deputado José Figueira referiu que certamente o Sr. Presidente e a Câmara Municipal pode não saber em relação aquilo que são as verbas a transferir ao nível do Fundo de Transferências e das Compensações mas certamente este mês já deve ter sido feito o pagamento do pessoal não docente, haverá certamente já uma ideia, uma estimativa, de quais é que são os encargos anuais, médios, porque, certamente, não é por via do reforço do Fundo Social Municipal, que está previsto no Orçamento de Estado mais 400 mil euros, porque só aqui numa Escola a verba a transferir é de 270 mil euros, e se se multiplicar por 4 Escolas, em média, estão a falar de cerca de 1 milhão de euros por ano, muito acima daquilo que está previsto, mas agradece a informação pois era só para terem uma ideia do que é que estão a falar.

1 **A deputada Paula de Deus** considerou que aqui está um processo de uma cooperação saudável,
2 tranquila, entre a Administração Central e o Poder Local, estes processos não são processos fáceis,
3 mas há aqui um princípio que orienta todo este processo que é o de maior autonomia do Poder Local,
4 portanto, gostariam aqui de reconhecer a importância que tem nesse sentido, esperam que numa
5 perspetiva desse poder vir a ter Regiões e uma maior coesão territorial por essa via, este seja um
6 passo nesse sentido, não podem deixar aqui de o dizer, mas, de facto, no ano em que se comemoram
7 os 48 anos de Abril é um passo importante este ato, até diria de coragem, de descentralização de
8 competências e que significa uma grande maturidade também do Poder Local, de planeamento
9 daquilo que é a resposta às necessidades dos seus Concelhos e, portanto, pela autonomia, pela
10 maturidade que já existe em Portugal neste processo. Gostavam de aqui reconhecer esses princípios
11 e depois dizer também que estão aqui a insistir muito nesta questão das Transferências e do valor
12 das Transferências, que estão definidos e pensa que esses cálculos estão feitos à partida, não
13 decorrem destas negociações agora com a Câmara de Évora em particular, e de qualquer forma há
14 um compromisso de a Transferência prevista se vir a fazer na sua globalidade. O Sr. Presidente
15 disse, e bem, “atenção que estão vigilantes, não foi transferida toda a verba que estava
16 comprometida”, no entanto há o compromisso de em tempo ser transferida mas também é sua
17 preocupação que assim seja e tal se concretize, portanto também os Vereadores do Partido Socialista
18 e os deputados Municipais do Partido Socialista vão acompanhar, como é evidente, esse processo
19 para garantir que o processo ocorra da melhor forma possível e para que tenham um Poder Local
20 cada vez mais eficaz naquilo que é a resposta de proximidade às populações.

21
22 **O Presidente da Câmara** informou que o valor que estimam relativamente aos trabalhadores, até
23 ao final do ano, anda na ordem dos 4 milhões de euros, para terem uma verba concreta. Referiu que
24 tem havido, como sabem, uma divergência relativamente à Transferência de Competências ou da
25 Descentralização, e neste momento o que é transcrito são Competências de facto, porque a Câmara
26 não ganhou poder de decisão política, o que a Câmara faz é processos administrativos, a Câmara
27 não vai dirigir os trabalhadores, os trabalhadores mantêm a sua organização na Escola, toda a gestão
28 continua a ser feita na Escola, como era até aqui, incluindo questões que são por vezes complicadas,
29 e que já tinham da outra vez, que eram, nomeadamente e só para recordar, problemas que são sempre
30 muito difíceis, que são os problemas dos procedimentos disciplinares, que estão na Escola e depois
31 vêm parar à Câmara, a Câmara não tem conhecimento do que se passa na Escola, e têm de haver
32 depois aqui soluções, só para dar este exemplo, esta nota que lhe parece importante, e a sua
33 preocupação é exatamente a capacidade de depois cada Câmara tenha para responder a situações
34 iguais e com capacidades diferentes. A outra preocupação, e esta é que é a questão que têm de ver
35 como é que funciona, recordar que o Governador disse “só transferimos o valor que está no Orçamento
36 dos Ministérios”, e aquilo que sabem é que o valor que está nos Ministérios é insuficiente, daí a
37 necessidade e haver o tal Fundo de Transferência que tem de constar no Orçamento de Estado para
38 depois fazer essa compensação.

39
40 **A deputada Paula Pita** leu o seguinte documento.

41 *“É com agrado do MCE tomou conhecimento da celebração de Contratos Interadministrativos de*
42 *Delegação de Competências do Município de Évora nos Agrupamentos do Concelho. É de saudar*
43 *a constatação do Município da necessidade de concertar com os Agrupamentos de Escolas, o*
44 *desenvolvimento de respostas articuladas de planeamento e gestão conjunta de Competências e*
45 *subsequente Delegação de Competências por razões de eficiência e de maior proximidade,*
46 *nomeadamente nas áreas do edificado, do funcionamento dos edifícios escolares, na*
47 *responsabilidade dos apoios e complementos educativos, dos refeitórios, do leite escolar, e na*
48 *Escola a tempo inteiro. Acresce ainda o objetivo de desenvolver políticas com vista ao sucesso dos*
49 *alunos, ao seu desenvolvimento pessoal e educativo e de garantir o apoio às famílias de uma forma*
50 *célere e adequada à realidade.*

51 *O Município não possui experiência na administração escolar de determinados domínios*
52 *específicos dos Agrupamentos, pelo que a administração direta Municipal conduziria certamente*
53 *nos primeiros tempos a uma gestão menos eficiente, mais despesista e menos eficaz. Por outro lado,*

são os Agrupamentos que acompanham e gerem o funcionamento regular da atividade escolar possuindo um conhecimento de décadas que lhe permite ser um melhor gestor dos recursos em presença. Importante referir que sendo os Agrupamentos a gerir os trabalhadores que aí exercem funções, mantêm-se as relações laborais sem quebras de confiança e de desempenho profissional. O exercício destas Competências pelos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Évora garante que não exista qualquer constrangimento na prestação de serviços Educativos às comunidades educativas causado por esta mudança mantendo-se o ritmo normal na vida escolar. Esta Delegação não implica, à primeira vista, o aumento da despesa pública global e garante o aumento da eficiência da gestão dos recursos e a articulação entre os diversos níveis da Administração Pública, conduzindo há que acautelar o equilíbrio entre os custos das Competências e os valores efetivamente recebidos pelo Município.

Para terminar, verificámos também com agrado que o Município introduziu a possibilidade de atualização extraordinária das verbas a transferir de acordo com os valores reais dos serviços e bens utilizados para o adequado funcionamento dos estabelecimentos de ensino, da valorização das condições de trabalho e dos processos educativos das nossas crianças e jovens, tendo em atenção que estamos num período marcado pela incerteza, por uma inflação que há muito não se fazia sentir, condicionados pelas consequências da pandemia da COVID e pela guerra na Ucrânia. Seria também importante que também o Governo considerasse a mesma situação.”

A deputada Paula de Deus referiu que entende perfeitamente a preocupação de que transferir Competências sem verbas é necessariamente mais autonomia, estão num processo que tem sido gradual, está em crer que os trabalhadores poderiam ter optado pela Autarquia se assim o entendessem, mas não tem a certeza, de qualquer forma é um processo que do ponto de vista político há aqui uma geometria completamente diferente, porque, de facto, estão a falar de maior fortalecimento do Poder Local no sentido mais amplo de comunidade porque é maior autonomia para os Agrupamentos, é maior autonomia para as Câmaras, a autonomia dos Agrupamentos é um processo em curso há bastante tempo na perspetiva política, assim como esta perspetiva da autonomia do Poder Local da Transferência de Competências é uma perspetiva política, todas elas de descentralização daquilo que é o poder dos órgãos centrais da Administração do Estado para que os territórios tenham maior capacidade de resposta às suas populações e às necessidades das suas populações e que tenham maior autonomia para se concertar no planeamento e na dinamização das respostas, portanto esse processo do ponto de vista político não é um processo fácil, é um processo, como tal, está em desenvolvimento mas que do ponto de vista histórico é de facto uma transformação naquilo que é a nossa tradição de centralismo, e nesse sentido este processo de Transferência de Competências com as dificuldades que são conhecidas, com questões que têm de ser ultrapassadas, não há dúvida, e esperam que seja de facto para cumprir aquilo a que ele se propõe, que é a maior autonomia do Poder Local e um fortalecimento das respostas de proximidade que seja concretizado e também estão cá, de facto, para acompanhar esse processo mas não vão aqui desvirtuar tudo aquilo que é a verdadeira finalidade deste movimento, isto é, mais do que um processo, este um movimento que tem vindo a atravessar a sociedade portuguesa e tem sido um movimento, de facto, de reforço, de transformação.

O deputado Bruno Martins informou que pretende deixar claro porque estão perante aquilo que ele depreende que vai ser uma votação unânime e quem possa ouvir aquilo que está a ser dito pode chegar à conclusão que isto é uma unanimidade em torno das Transferências de Competências como algo positivo, como algo que traz mais autonomia para os Municípios, como algo que traz mais autonomia para os Agrupamentos de Escolas, e porque acha uma coisa incrível quando se transforma a desresponsabilização de um Governo e a desresponsabilização de um Estado Central, onde têm o risco de não ter mais autonomia do Poder Local mas terem um país a 308 velocidades diferentes, consoante aquilo que são as opções diferentes de cada Município, quando estão na falar da Educação Pública que deve ser gerida pelo Estado Central, de facto quem ouvir aquilo que está aqui a ser dito parece que há uma unanimidade em torno da Transferência de Competências, mas na verdade não há, e quer deixar bem claro, aquilo que vai decorrer aqui é uma votação unânime

1 provavelmente porque estamos a votar um mal menor, porque o Município decidiu, e bem, tentar
2 manter na Escola o que é da Escola, algo que o Governo do Partido Socialista decidiu abdicar que
3 foi manter na Escola o que é da Escola, transferindo para os Municípios uma responsabilidade que
4 não deveria ser sua. E, portanto, obviamente, que a este mal menor o Bloco de Esquerda se associa
5 porque mantém na Escola aquilo que é da Escola mas vão ter riscos, aqui o problema não é só de
6 verbas, é um problema do risco de ter um país a velocidades consoante a vontade política do
7 Município x ou Município y, e a Escola Pública não deveria estar dependente da vontade do
8 Município x ou y, devia estar dependente daquilo que é uma política pública de educação pública
9 de uma governação e não transferir essa responsabilidade para os Municípios.

10
11 **A deputada Paula de Deus** esclareceu que a conceção de escola publica não está em causa, a forma
12 como se operacionaliza provavelmente está. Aquilo que se entende como comunidade escolar, e não
13 como Escola, como território educativo, como um todo que o Município faz parte, mas que se
14 pretende que seja a Escola, as Escolas a terem uma visão integrada naquele Concelho para tomarem
15 as decisões que melhor respondem aos seus alunos com determinado tipo de características, e essa
16 é a perspetiva, não há aqui desresponsabilização do Estado Central em matéria daquilo que é a sua
17 função de apoio à Escola Pública, isso não está minimamente em causa, aliás o financiamento das
18 Escolas é por via do Ministério da Educação, não está aqui em causa o Estado Social, não vão aqui
19 também confundir as coisas, o Estado Social não está comprometido com esta autonomia das
20 Escolas, aquilo que se pretende, e que as próprias Escolas tem reclamado, é um conceito de
21 comunidade escolar para melhor responderem à idiossincrasia da sua população, dos seus alunos
22 em concreto. O Concelho não passa a ser o dono do jogo, passa é a haver mais interlocutores, é uma
23 coisa diferente, sendo que a função pública de educar continua a competir ao Estado.

24 Depois há aqui uma perspetiva ideológica, de facto, que entende que esta autonomia não prejudicará
25 nunca a coesão territorial nem o desenvolvimento dos territórios se for acompanhada de um processo
26 que se espera que seja subsequente de Regionalização e é nesse sentido que este caminho está a ser
27 feito, é no sentido de longo prazo, não é para amanhã. Só para concluir esta questão da
28 Regionalização, o que se está aqui a debater, e que não têm muita oportunidade, de facto, de debater
29 esta questão, é que há perspetivas ideológicas diferentes à autonomia, a do Partido Socialista vem
30 no sentido que é conhecido e visa precisamente essa criação das regiões e desse processo de
31 regionalização que isto faz parte, e portanto não gostariam de ver e que fosse minimamente tratado
32 como uma visão de esquartejar o País, não é isso que está em causa. Se lhe perguntarem, “bom mas
33 temos Concelhos a mais, em vez de termos 300 e tal concelhos devíamos ter menos”, isso é a tal
34 discussão que quando depois vão para o terreno ninguém se entende, ninguém quer deixar de ter o
35 seu concelho, talvez um dia venham a ter capacidade de fazer essa discussão, e portanto, nesse
36 sentido congratulam-se com este processo, com a forma como tem corrido, estão aqui a votar sim a
37 estes Protocolos, não é mais do que isso.

38
39 **O deputado José Santos** referiu que quando vê o Ministério da Educação, em Lisboa, perder algum
40 poder fica sempre satisfeito, mas crê que o que têm aqui não é tanto a autonomia das Escolas e dos
41 projetos educativos, que já existe, o que têm aqui é a delegação de um conjunto de competências,
42 de poderes funcionais para manter a Escola a funcionar, quer dizer, diagnóstico do edificado,
43 conservação e manutenção dos fins escolares, e não vê nesta Delegação de Competências, o pessoal
44 docente continua no Ministério da Educação, nada de extraordinariamente novo naquilo que tem a
45 ver com o Projeto Educativo, porque as Escolas já têm hoje, e ainda bem, e considera que deviam
46 ter mais alguma autonomia em termos de Projeto Educativo. O Ministério da Educação continua a
47 conservar, na sua opinião mal, muitos poderes, por exemplo, no que tem a ver com a questão da
48 gestão do pessoal docente, admite que num cenário de hipotética Regionalização, eventualmente
49 esta questão do pessoal docente possa ter uma alteração. Na sua ótica, estas competências são
50 competências funcionais, é pagar despesas, não vê muito mais que isso. As Escolas devem ter cada
51 vez mais autonomia no Projeto Educativo que está um pouco limitado, precisamente por um
52 centralismo que ainda continua, erradamente na sua opinião, no Ministério da Educação.

A deputada Clara Grácio saudou todos os presentes e referiu que considera que é completamente pacífico aquilo que vão votar, mas quer clarificar só com 3 palavras que estão na Constituição Portuguesa, a Educação deve ser “gratuita, pública e universal”, e o que está aqui a ser posto em causa é a universalidade da Educação, quando se diz a várias velocidades é isso que se quer dizer, o que está aqui em causa não é uma questão só operacional, não é só uma questão de compras, não é só uma questão de dinheiros, é uma questão de universalidade da Educação, que está perfeitamente, claramente escrita na nossa Constituição.

O deputado Bruno Martins disse que estava aqui a ficar uma ideia que de facto não corresponde à realidade e, com todo o respeito, cada um tem as suas visões, mas o deputado José Santos acabou por dizer algo interessante, a grande autonomia que estamos a falar afinal é para pagar despesas.

A deputada Elmina Lopes informou que quer acrescentar à intervenção da CDU o seguinte: o nº1 do Artigo 236 da Constituição que diz: “No Continente as Autarquias Locais são as Freguesias, os Municípios e as Regiões Administrativas”. Em 1976, há 46 anos, definiu-se de forma revolucionária como é que se deve transformar as mentalidades neste País e, 46 anos depois, estamos a fazer um processo artificial, administrativo, de Descentralização de Competências, e o Partido Socialista insiste em chamar-lhe “um caminho para a Regionalização”, convenhamos que é assim um mínimo caricato, para não qualificar doutra maneira.

O deputado Gonçalo Costa reforçou que vêem este processo de Transferência de Competências exatamente como um caminho, o caminho possível de seguir com o atual enquadramento jurídico, a caminho de uma real criação das Regiões Administrativas, da real Regionalização, e é nesse sentido que vêem que isto não é o fim de um processo, mas é, neste momento, a etapa possível do processo, que quer deixar bem claro.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a presente Proposta a votação.

Deliberação da Celebração de Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Évora para o ano de 2022:

Aprovado por unanimidade, com 32 presenças verificadas.

3. Celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas/Uniãos de Freguesias para o ano de 2022

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Presidente da Câmara**.

O Presidente da Câmara informou que a aprovação na Câmara foi por unanimidade, mas que houve um erro e, logo na altura, foram confrontados com a questão do aumento dos preços, da possibilidade de os custos, nomeadamente nas questões da alimentação, serem superiores ao que estava estabelecido e assumiram o compromisso que, aliás, está já de alguma maneira expresso nos Contratos de que a Câmara, obviamente, transferirá o que são os custos reais para as Juntas de Freguesia, aliás, a expressão que usou foi que não tinha sentido reivindicarem que o Governo transfira para a Câmara as Competências com os devidos recursos e depois não transferirem para as Freguesias as Competências com os devidos recursos e, portanto, disse que isso ficou claramente assente na deliberação da Câmara, ficou expresso para não haver dúvida rigorosamente nenhuma. Referiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Centro Histórico tinha levantado esta questão, porque tinha aprovado na Assembleia de Freguesia o acréscimo desta questão, e aquilo que sugeriu foi que se pudessem aprovar os Contratos Interadministrativos como estão para permitir que a Câmara possa começar a fazer esses pagamentos e depois os acertos que hajam a fazer possam ser feitos posteriormente, não farão um acerto para cada uma das Freguesias farão um acerto para todas as Freguesias, conversando com todas farão o acerto que houver a fazer. De qualquer forma

29

quer deixar já aqui claro que aferirão os gastos e transferirão os custos reais para as Freguesias, através do encontro de contas.

O deputado Luís Pardal saudou todos os presentes e informou que a bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente esta documentação, aliás, que já foi aprovada também pelas Juntas e Uniões de Freguesias e assumidas estas responsabilidades e estes comprometimentos que são essenciais para a nossa população e as Juntas não abdicam deste comprometimento e desta responsabilidade deste serviço público, contudo, sublinham de forma positiva que o Senhor Presidente da Câmara esteja a assumir aqui esta compensação, porque de facto é insustentável, a inflação é aquilo que todos conhecem, o preço dos bens, nomeadamente no serviço que prestam no âmbito das refeições escolares, está a disparar, e portanto, há Juntas de Freguesia que tem saldos negativos mensalmente e com muita expressão.

Outra questão que agradecem que possa explorar é a das Juntas de Freguesia que têm Contratos Interadministrativos no âmbito dos transportes escolares, porque desde a data em que foram assinados até hoje, há um acréscimo de 41 cêntimos do preço do combustível, e 41 cêntimos desde a data da assinatura e até hoje é muito e são também prejuízos.

Uma nota final, ainda no âmbito destes Contratos, relativamente aos cemitérios em que há Juntas de Freguesia que assumem esta responsabilidade de manter os nossos cemitérios do nosso Concelho e, portanto, talvez este seja um marco para apelar e, voltar aqui a esta Assembleia, referir a importância de que é urgente investir nestes cemitérios e na resolução de alguns problemas, porque havendo mais investimento, também para o erário público, nomeadamente através da manutenção, será menos dispendioso.

O deputado José Figueira referiu que aproveitando esta preocupação do colega Luís Pardal, Presidente de Junta, sugeria que, como estão a tempo porque o Orçamento de Estado ainda não está aprovado, se reivindique a redução dos combustíveis o mais rapidamente possível, que não seja só pelo ISP, porque têm que reivindicar, têm todos de reivindicar, independentemente do posicionamento que se possa ter. Em relação a este Protocolo pede o seguinte esclarecimento da Câmara Municipal: no Orçamento do Município está prevista uma transferência para as Freguesias de 730 mil e 732 euros, correspondendo uma parte de 300 mil para transferências correntes e 430 mil para transferências de capital, há pouco o Senhor Presidente disse que tinha havido um reforço de 2021 para 2022 das verbas para as Freguesias em 18%, pergunta se estes Protocolos que estão aqui agora a ser considerados, a ser assinados, independentemente dos tais acertos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse, se já estão considerados nestas verbas do Orçamento.

O deputado Francisco Brito começou por saudar a posição da Câmara Municipal em assumir estas despesas, e como o Luís Pardal já referiu, as Juntas de Freguesia têm elevados custos que já tinham e que agora se agravaram com a questão do aumento dos bens alimentares. Relembrou a questão da retificação dos Contratos, que era importante solicitar que a retificação possa ir novamente à Assembleia. Referiu a questão que diz respeito a este tema das Cantinas e que, ainda se mantêm e crê que bem com a Câmara Municipal, tem a ver com a questão das ementas e há alguns ajustes que têm de ser feitos em relação às ementas, não só porque há bens alimentares que neste momento são difíceis de encontrar no mercado, têm tido algumas dificuldades pontuais, e depois poderão reunir a esse respeito, mas também em relação ao desperdício alimentar porque há pratos que aparecem nas ementas que as crianças não comem e que conduzem ao desperdício alimentar e tendencialmente até são os pratos mais caros de confeccionar, é só uma questão que não tem a ver propriamente com o conteúdo deste Contrato mas é também importante que a Câmara Municipal se possa disponibilizar para solucionar essa questão em conjunto com as Juntas de Freguesia.

O deputado Natanael Vinha questionou se as Freguesias apresentarem custos e gastos maiores do que o montante que a Câmara Municipal vai transferir com este processo, se a Câmara depois procede a um acerto, e isso é o que a Câmara exige no outro nível de Transferência de Competências que estiveram a falar anteriormente.

O Presidente da Câmara começou pela questão colocada pelo deputado Natanael Vinha, esclarecendo que tinha acabado exatamente a dizer isso, se exigem ao Governo que o faça, naturalmente que o farão para as Freguesias.

Relativamente às questões pelo deputado Luís Pardal, que são importantes, algumas referências como os quilómetros e coisas desse tipo, informou que são determinadas a nível central, há outras que são determinadas pela Câmara e, portanto, o que depende da Câmara, o compromisso está assumido, é claro que assumirão essa questão, incluindo essas situações concretas.

Relativamente à questão colocada pelo deputado José Figueira, referiu que já está determinado, ou seja, determinaram em 2021, informaram a DGAL e, apesar do dinheiro ser da Câmara, a DGAL desconta diretamente do Orçamento de Estado e envia para a Freguesia, portanto nem sequer o dinheiro passa pela Câmara, passa pela contabilidade da Câmara mas não passa pela Câmara, portanto os 18% estão garantidos como tinham dito.

Quanto ao apoio às ementas, considerou que fizeram um trabalho que tem sido muito positivo nesta área mas é para continuar porque o trabalho não é tem sido só adaptar as ementas ao que as crianças gostam mas também criar hábitos de alimentação saudável nas crianças, sabe que não é fácil, que é complicado, por razões que todos conhecem, mas esse é um caminho que tem de ser feito e que parece que tem sido feito de forma positiva, têm também feito um grande esforço para inserir produtos locais nas ementas e, naturalmente, continuará a ser dado o apoio no sentido de se garantir que as ementas se vão adaptando com estas características àquilo que são as necessidades.

O deputado Francisco Brito considerou que não está em causa que as ementas são saudáveis, mas há casos muito concretos, que depois farão chegar, que não têm nada a ver com isso nem com produtos locais.

O deputado Luís Pardal pediu o esclarecimento ao Sr. Presidente relativamente a este aumento dos 18%, portanto se esses 18% vêm da DGAL não são do Orçamento da Câmara Municipal.

O Presidente da Câmara esclareceu que o dinheiro é do Orçamento da Câmara Municipal, só que em vez do dinheiro ir para a Câmara e a Câmara entregar às Freguesias, faz logo o percurso direto, mas do ponto de vista contabilístico continua a ser registado na Câmara.

O deputado Luís Ramalho disse que em relação a esta situação acha que o que o colega José Figueira falou foi de Delegação de Competências porque nos Contratos Interadministrativos não houve aumento nenhum, estão a receber o mesmo que em 2021, só para esclarecer que não receberam nem mais 1 cêntimo do que estavam a receber nos anos anteriores.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a presente Proposta a votação.

Deliberação Celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas/União de Freguesias para o ano de 2022:

Aprovado por unanimidade, com 32 presenças verificadas.

4. Designação do Fiscal Único da Habévora e Respetiva Remuneração

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Presidente da Câmara**.

O Presidente da Câmara informou que a Habévora tem de ter um Revisor Oficial de Contas, que assume o nome de Fiscal Único, de uma forma assim um pouco simples, e que é uma competência

da Assembleia, pelo vêm propor à Assembleia manter o Fiscal Único que a Habévora tem tido e o mesmo nível de remuneração.

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Presidente da Câmara e não verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a presente Proposta a votação.

Deliberação da Designação do Fiscal Único da Habévora e Respetiva Remuneração:
Aprovado por unanimidade, com 32 presenças verificadas.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que terminaram o período da Ordem do Dia e entram novamente no Período em que se dá a palavra ao Público.

IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

O Presidente da Assembleia Municipal verificando não haver pedidos de intervenção por parte do público, dá por terminada a Ordem de Trabalhos.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O Presidente da Assembleia Municipal informou que a Ata em minuta vai ser lida pela 2ª Secretária, Maria da Nazaré Lança.

“Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Évora em sessão extraordinária, a Prestação de Contas de 2021, foi aprovada com 12 votos a favor e 20 abstenções, a Celebração de Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Évora para o ano de 2022, foi aprovado por unanimidade, a Celebração de Contratos Interadministrativos com as Juntas/União de Freguesias para o ano de 2022, foi aprovado por unanimidade e foi aprovado por unanimidade a manutenção do Fiscal Único da Habévora e Respetiva Remuneração.”

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Ata em minuta.

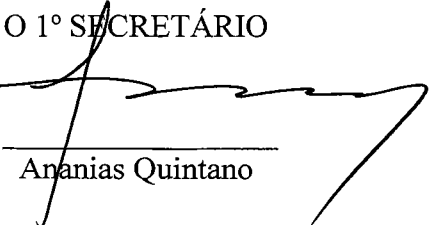
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as deliberações tomadas da presente Ata, nos termos do n.º 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei n.º 75 / 2013, de 12 de setembro.

Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada a sessão pela zero hora e vinte e três minutos da manhã do dia seguinte, da qual para constar se elaborou a presente Ata que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

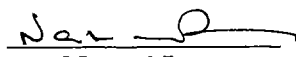
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL


Jorge Quina Ribeiro de Araújo

O 1º SECRETÁRIO


Ananias Quintano

A 2ª SECRETÁRIA


Nazaré Lança

